



**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**  
**MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO)**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 45.570/2024**  
**PREGÃO n.º 78/2024**  
**UASG 925532**

**OBJETO:** Contratação de empresa(s) especializada (s) na prestação de serviços de manutenção de extintores, mangueira para proteção contra incêndio, fornecimento de placas de sinalização e iluminação de emergência, e acessórios para extintores, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 228.162,38 (duzentos e vinte e oito mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por lote

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** sim

**PROCESSO DIGITAL:** 45.570/2024 **CÓD. VERIFICADOR:** TR105Z33

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> conforme datas e horários definidos abaixo:

<b>DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<b>Até 09:00 hs do dia 26/11/2024</b>
<b>DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>Às 09:00 hs do dia 26/11/2024</b>

O edital completo e possíveis alterações está(ão) disponível(eis) no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e no sítio eletrônico da Prefeitura de Araucária, no endereço <https://www.araucaria.pr.gov.br> (menu Licitações).

O acesso à íntegra do processo licitatório, edital e anexos também encontra-se disponível mediante consulta direta ao processo administrativo digital, com a indicação do número do Processo e Código Verificador, através do link: <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-processo-digital/detalhar/1>

Demais informações podem ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações e Compras, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, telefone (41) 3614-1400 – Ramal: 1509 (DLC) / 3614-1400 – Ramal 2308 (Pregoeiro), e-mail: [wagner.prado@araucaria.pr.gov.br](mailto:wagner.prado@araucaria.pr.gov.br).

Araucária, 31 de Outubro de 2024.

**WAGNER MOREIRA DO PRADO**  
**PREGOEIRO**





**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**  
**MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO)**  
**PROCESSO LICITATÓRIO DIGITAL n.º 45.570/2024**  
**PREGÃO n.º 78/2024**

O Município de Araucária, Paraná, pelo Pregoeiro que ao final assina, torna público que está aberta licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decretos Municipais n.ºs 39.132/2023, 41.156/2024, Lei Complementar n.º 123/06 e alterações posteriores e Lei Complementar Municipal n.º 17/2018 para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através da requisição n.º 1023/2024, da Secretaria Municipal de Administração, através da requisição n.º 1288/2024, da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, através da requisição n.º 1295/2024, da Secretaria Municipal de Assistência Social, através da requisição n.º 1268/2024, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, através da requisição n.º 1258/2024, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, através da requisição n.º 1257/2024, da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, através da requisição n.º 1285/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através da requisição n.º 1277/2024, da Secretaria Municipal de Planejamento, através da requisição n.º 1255/2024, da Secretaria Municipal de Saúde, através da requisição n.º 1269/2024, da Secretaria Municipal de Segurança Pública, através da requisição n.º 1296/2024, da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, através da requisição n.º 1306/2024, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, através da requisição n.º 1266/2024.

**DATA DA SESSÃO: 26 de Novembro de 2024**  
**HORÁRIO: 09h00 (horário de Brasília/DF)**  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>**  
**CÓDIGO UASG: 925532**

## **1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1** A presente licitação tem por objeto a “contratação de empresa(s) especializada (s) na prestação de serviços de manutenção de extintores, mangueira para proteção contra incêndio, fornecimento de placas de sinalização e iluminação de emergência, e acessórios para extintores”, sendo que a descrição detalhada, bem como todos os elementos necessários à identificação da execução do objeto, constam do Anexo I deste Edital.

## **2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atendam a todas às condições contidas na Lei n.º 14.133/2021, bem como as demais exigências contidas no





presente edital, e previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**2.3** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e Lei Complementar Municipal n.º 17/2018.

**2.3.1** O tratamento favorecido às empresas locais ou regionais de que trata o Art. 18, § 4º da Lei Complementar Municipal n.º 17/2018, será concedido somente mediante expressa previsão editalícia, quando devidamente justificado nos autos do processo licitatório.

**2.3.2** O grupo 01, lote 01: é destinado à ampla concorrência

**2.3.3** O grupo 02, lotes 2 ao 26, é destinado à participação exclusiva de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI);

**2.4** Nos termos do inciso I do § 1.º do art. 4.º da Lei Federal 14.133/2021, as disposições constantes no subitem 2.3 não se aplicam ao(s) item(ns) cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.5** A obtenção dos benefícios a que se refere a Lei Complementar n.º 123, de 2006 e a Lei Complementar Municipal n.º 17/2018 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6** Não poderão participar da presente licitação os interessados:

**2.6.1** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**2.6.2** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021;

**2.6.3** Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no Anexo II deste Edital;

**2.6.4** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**2.6.4.1** A vedação da participação de empresas em consórcio, conforme conclusões e fundamentação do estudo técnico preliminar, justifica-se em razão de entender-se que o objeto não apresenta vulto ou complexidade que demande o agrupamento de uma ou mais empresas para sua execução, considerando ainda





que, por se tratar de Sistema Registro de Preços, a execução se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração.

**2.6.5** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.8** A vedação de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.9** O impedimento de que trata o subitem 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.10** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema relativo as seguintes declarações:

**2.10.1** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**2.10.2** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e está em conformidade com as exigências editalícias;

**2.10.3** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**2.10.4** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**2.10.5** Que a proposta foi elaborada de forma independente.

**2.10.6** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**2.11** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.





**2.12** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**2.13** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, (“sim” ou “não”) que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.13.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame;

**2.13.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**2.14** A falsidade da declaração de que trata os itens 2.10, 2.11, 2.12 ou 2.13 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

### **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**3.1** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá protocolar impugnação ao ato convocatório deste Pregão, no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura do Município de Araucária, sito na Rua Heitor Alves Guimarães nº 660, Sala 02, Centro - Araucária, ou encaminhá-la através de forma eletrônica, pelo e-mail: [wagner.prado@araucaria.pr.gov.br](mailto:wagner.prado@araucaria.pr.gov.br).

**3.1.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**3.1.2** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**3.2** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço de e-mail: [wagner.prado@araucaria.pr.gov.br](mailto:wagner.prado@araucaria.pr.gov.br);

**3.2.1** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia





útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**3.3** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**3.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**3.3.2** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### **4. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES**

**4.1** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro ou agente de contratação e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, mediante condições de segurança utilizando-se de chave de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

**4.2** Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro ou Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Araucária, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**4.3** O Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para o presente procedimento licitatório exercerá as atribuições previstas no artigo 4º do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**4.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios ou eventual responsabilização diante da inobservância de quaisquer mensagens ou convocações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.5** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e horário agendados, o Pregoeiro ou Agente de Contratação afixará aviso no sistema COMPRAS.GOV.BR comunicando a nova data e horário para retomada do certame, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do horário de registro do aviso.

**4.5.1** Em casos em que a fase de lances tenha sido iniciada automaticamente pelo sistema, conforme configuração prévia da sessão pública, mesmo mediante desconexão do Pregoeiro ou Agente de Contratação, esta transcorrerá até o encerramento da etapa fechada, e a sessão será reagendada nas mesmas condições estabelecidas no subitem anterior, caso a desconexão do Pregoeiro ou





Agente de Contratação perdure por prazo superior à 10 (dez) minutos a contar do horário de encerramento da etapa de lances.

**4.6** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**4.7** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as informações contidas neste Edital.

**4.8** Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as constantes neste Edital.

**4.9** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Araucária, nos endereços <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://araucaria.atende.net>, onde poderá ser realizado o acesso dos autos e acompanhamento dos avisos, resultados, recursos e atas.

**4.10** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **5. DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES JUNTO AO COMPRAS.GOV.BR**

**5.1** Para se cadastrar no Sistema Eletrônico, o Licitante deverá escolher e se dirigir à Unidade Credenciadora dentre as fornecidas pelo Sistema. As informações necessárias ao cadastramento estão disponíveis no seguinte endereço: <http://www.comprasnet.gov.br/cadastro/CadastroNovo.asp>

**5.2** Para realizar o credenciamento, os Licitantes deverão estar previamente cadastrados junto ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores SICAF, onde obterão o credenciamento (senha) para participar da licitação.

**5.3** O credenciamento do licitante no Sistema de Pregão Eletrônico implica nas seguintes responsabilidades:

**5.3.1** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**5.3.2** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;





**5.3.3** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**5.3.4** O licitante se responsabiliza por conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.4** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o rito definido nos incisos III a V do artigo 17 da Lei 14.133/2021.

**6.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e **o preço ou o percentual de desconto**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.2.1** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, **simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta**, observado o disposto nos **itens 9.1.1 e 9.4** deste Edital.

**6.3** O envio da proposta e, quando for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.4** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**6.5** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas e documentos de habilitação apresentados, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.





**6.6** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.7** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.7.1** Valor unitário e total do item, utilizando **02 (duas) casas decimais** para cada um dos valores;

**6.7.2** Quantidade cotada, **que NÃO poderá ser inferior ao estabelecido** no quadro de quantidades e custos do Anexo I para contratação, nos termos do § 7.º do artigo 297 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023;

**6.7.3** Indicar a marca produto cotado, especificações técnicas, garantia e demais características, para a perfeita identificação e individualização do bem ofertado, que **deverão ser informados**, no campo “Descrição” do Formulário Eletrônico da Proposta – tal formulário é disponibilizado para os fornecedores quando efetuam o acesso no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

**6.7.4** As propostas deverão ser formuladas contendo a descrição detalhada do item. Caso não informada a licitante se compromete a ofertar o produto de acordo com as especificações contidas em edital.

**6.7.5** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.8** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema COMPRAS.GOV.BR, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**6.8.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**6.8.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**6.9** Quando for o caso e o proponente optar pela funcionalidade de parametrização do valor final mínimo ou do percentual de desconto final máximo no sistema, nos termos do **subitem 6.8**, os parâmetros poderão ser alterados pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

**6.9.1** A definição de valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**6.9.2** A definição de percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.





**6.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 6.8** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação.

**6.11** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**6.12** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.13** O prazo de **validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade da proposta, não esteja expresso no sistema COMPRAS.GOV.BR, a licitante se compromete a cumprir o prazo estipulado neste item.

**6.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios ou eventual responsabilização diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**6.15** É vedada à licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico (**esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema**);

**6.15.1** O preenchimento dos campos destinados às indicações de marca, modelo e fabricante para cadastro da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR, ainda que coincidentes com a razão social ou nome da proponente, não caracterizam a identificação de proposta, visto que tais campos somente tornam-se públicos após a etapa de lances.

**6.16** Junto ao anexo da proposta inicial, deverá ser apresentado catálogo do produto cotado, *folder*, encarte, ficha ou folheto técnico, manual ou quaisquer outros materiais técnicos oficiais que possibilitem a comprovação das características requeridas no edital;

**6.16.1** Para fins de cumprimento no disposto no subitem anterior, a licitante poderá consignar expressamente em sua proposta a indicação de site do fabricante ou endereço eletrônico onde tais documentos, informações ou características possam ser consultadas;

**6.16.2** A não apresentação da documentação acima ou apresentação de documento irregular, não acarretará a desclassificação imediata da proposta da licitante, podendo ser efetuada diligência pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio;





**6.16.2.1** As diligências de que tratam o subitem anterior poderão ser realizadas mediante consulta à rede mundial de computadores, diretamente aos sites de fabricantes, de instituições especializadas ou órgãos emissores;

**6.16.2.2** As diligências também poderão ser realizadas pelo Pregoeiro diretamente à licitante para complementação de informações ou envio de documentos complementares, mediante convocação através da função “enviar anexo”, no prazo estabelecido no **subitem 8.9** deste Edital.

**6.16.3** A documentação técnica e informação complementar de que trata o **subitem 6.16** visa imprimir agilidade e celeridade à sessão pública e na análise da proposta. A ineficácia das diligências estabelecidas no subitem 6.16.2.1 ou o não atendimento da convocação conforme subitem 6.16.2.2 que resultem na impossibilidade de confirmação das características requeridas no edital acarretará a desclassificação da proposta.

**6.17** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou que contenham vícios insanáveis.

**7.3.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.3.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.4** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





**7.5** O sistema disponibilizará campo próprio para mensagens do Pregoeiro aos licitantes.

**7.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.6.1** Os lances deverão ser ofertados pelo **valor unitário do item cotado**;

**7.6.2** Em caso de licitação do tipo menor preço por lote ou menor preço global, conforme critério estabelecido no subitem 12.1 deste Edital, **os lances também deverão ser ofertados pelos valores unitários de cada item integrante do lote cotado**, sendo que o sistema efetuará automaticamente o cálculo para aferir o menor valor total ofertado para o lote;

**7.6.3** Deverão ser cotados todos os itens constantes no lote de interesse.

**7.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

**7.10** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.11** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.12** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.13** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.13.1** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até





o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.14** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.14.1** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.15** Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

**7.16** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado (exceto na etapa fechada), vedada a identificação do licitante via sistema ou por quaisquer outros meios;

**7.18** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na área de “AVISOS” do respectivo Pregão no sistema COMPRAS.GOV.BR.

**7.20** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5%





(cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, melhor classificada, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.22** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.23** A ordem de apresentação de lances pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.24** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.24.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.24.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.24.3** **Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;**

**7.24.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.25** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.25.1** Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

**7.25.2** Empresas brasileiras;

**7.25.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





**7.25.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.26** As regras de desempate previstas nos subitens anteriores não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

**7.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**7.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

**7.29** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.30** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.31** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.32** O último lance ofertado deverá levar em consideração o número máximo de casas decimais permitidas para o valor unitário, de acordo com o estabelecido no subitem 6.7.1 deste edital, oportunidade em que os valores unitários e totais deverão ser ajustados sempre para menor em caso de arredondamentos.

**7.33** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**8.1** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1** SICAF;

**8.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;

**8.1.3** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) para pessoa física);





**8.1.4** Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário (sendo o CPF consultado no sítio, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

**8.2.1** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será efetuada diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.2.2** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.2.3** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**8.2.4** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, conforme abrangência da penalidade.

**8.2.5** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.3** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 2.13 deste edital.

**8.4** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, nos termos dos artigos 71 e 92 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/2022.

**8.4.1** O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores da Administração Pública, a fim de subsidiar sua decisão.

**8.5** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valores unitário e total superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, que contiver vícios insanáveis, não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





**8.5.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.5.2** No caso de bens e serviços em geral:

**8.5.2.1** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.5.2.2** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta ou que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.6** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade, adequabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.7** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**8.8** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar por meio da funcionalidade “enviar anexo”, disponível no sistema COMPRAS.GOV.BR, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, quando a descrição detalhada do objeto, constante na proposta ou no sistema, não for suficiente para análise da área técnica, caso em que, individualmente, o Pregoeiro comunicará a necessidade do envio via *chat*, estabelecendo prazo para tal.

**8.8.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por decisão fundamentada do Pregoeiro ou por solicitação escrita e justificada do licitante formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.8.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, fichas técnicas ou propostas;

**8.8.3** Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: [wagner.prado@araucaria.pr.gov.br](mailto:wagner.prado@araucaria.pr.gov.br), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico;





**8.8.4 O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste edital.**

**8.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.10** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.11** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.12** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.13** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.14** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**8.14.1** Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Rua Heitor Alves Guimarães nº 660, Sala 02, Centro - Araucária/PR - CEP 83.702-130, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

**8.15** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.15.1** O licitante convocado à apresentação de amostra deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem quaisquer ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.15.2** Por meio de mensagem no sistema, o Pregoeiro ou Agente de Contratação divulgará o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.





**8.15.3** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.15.4** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.15.5** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1** Para fins de habilitação, serão exigidos da licitante vencedora provisória os documentos previstos no Termo de Referência e indicados no instrumento convocatório, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**9.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e será verificada diretamente no sistema nos documentos por ele abrangidos, conforme o disposto na Instrução Normativa n.º 03 de 2018 da SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (SEGES/MP), sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**9.1.2** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa n.º 03 de 2018-SEGES/MP, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

**9.1.3** É dever do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação para que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, devendo proceder, imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização. (IN n.º 3/2018, art. 7º, *caput*).

**9.1.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.2** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).





**9.2.1** Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Rua Heitor Alves Guimarães nº 660, Sala 02, Centro - Araucária/PR - CEP 83.702-130, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

**9.3** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.3.1** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.3.2** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.4** Ressalvado o disposto no subitem 9.1.1, os documentos relacionados no **Anexo II** do presente edital para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam desatualizados na data da sessão deverão ser encaminhados pela licitante através de funcionalidade do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro.

**9.4.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.4.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, observado o disposto no art. 101 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, bem como no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

**9.5** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.5.1** Na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do § 1.º do art. 17 da Lei 14.133/21, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.6** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do § 2.º do art. 92 do Decreto Municipal n.º 39.132/23 e art. 64 da Lei 14.133/21, para:





**9.6.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.6.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.7** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**9.8** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.9** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparados na forma da lei deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

**9.10** Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.11** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**9.12** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**9.13** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.14** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, nos termos do art. 115 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, somente será exigida para efeito de habilitação e contratação, e não como condição para participação na licitação.

**9.15** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.





**9.16** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública.

**9.17** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.18** Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.19** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**9.20** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.20.1** O licitante estrangeiro, caso seja considerado o vencedor desta licitação, deverá apresentar os documentos de habilitação equivalentes, de seu país de origem, aos exigidos dos licitantes nacionais;

**9.20.2** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.21** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.21.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação





econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30 %, definido no edital, sobre o valor exigido para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, nos termos da alínea “a” do inciso IV do art. 102 c/c § 6.º do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**9.22** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

**9.23** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.24** Nos termos do § 1º do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.25** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.26** Se não constar prazo de validade no próprio documento ou no SICAF, será considerada válida a Certidão expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data limite estabelecida para apresentação de propostas.

**9.27** Será inabilitado o licitante que não atender as condições necessárias à habilitação estabelecidas neste Edital.

**9.28** Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda às necessidades da Prefeitura descrita no presente edital e seus anexos.

**9.29** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1** Os requisitos de habilitação para o presente certame foram definidos com base nas conclusões do estudo técnico preliminar realizado pela equipe de planejamento do órgão contratante e serão aqueles estabelecidos no Anexo II do presente edital.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**





**11.1** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado e habilitado que envie por meio de funcionalidade disponível no sistema COMPRAS.GOV.BR, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital;

**11.1.1** Em caso de encaminhamento da proposta adequada ao último lance ofertado em desacordo com o subitem anterior deste edital, o Pregoeiro poderá efetuar a adequação dos valores diretamente no Sistema, em campo próprio para registro da negociação, sem a necessidade de solicitação de nova proposta ajustada;

**11.2** A proposta de preços escrita deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, **em até 02 (duas) horas úteis**, contadas do registro da convocação no *chat*, sob pena de desclassificação.

**11.2.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, de ofício ou a partir de solicitação feita antes de findo o prazo pelo licitante convocado, ambas devidamente justificadas;

**11.2.2** Serão consideradas horas úteis aquelas compreendidas das 08h às 17h, em dias de expediente normal na Prefeitura do Município de Araucária.

**11.3** A proposta de preços ajustada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.3.1** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.4** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**11.5** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**11.6** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, nos termos do inciso II do art. 12 da Lei 14.133, de 2021.

**11.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, observado o disposto no subitem 7.32 deste edital.**

**11.8** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.





**11.9** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**11.10** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araucária, após o encerramento da sessão pública, em prazo suficiente para autuação dos documentos.

**11.11** Junto à proposta ajustada, a licitante vencedora deverá encaminhar as seguintes declarações:

**11.11.1 Declaração de indicação de representante legal para assinatura da ata de registros de preços**, conforme modelo que consta no Anexo IV;

**11.11.2 Declaração de responsabilidade pela atualização dos dados cadastrais e bancários**, conforme modelo que consta no Anexo V;

**11.12** As declarações de que trata o **subitem 11.11** justificam-se para otimização dos fluxos de elaboração e encaminhamento dos termos de Contrato; notas de empenho, bem como de pagamentos, não caracterizando no entanto, condição desclassificatória ou inabilitatória.

## **12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**12.1** Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

**12.2** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

**12.3** Nos casos em que a licitante seja vencedora do mesmo item de grupos/lotos distintos, estes serão adjudicados pelo menor valor proposto.

## **13. DOS RECURSOS**

**13.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**13.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**13.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**13.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

**13.3.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos, contados do aceite da proposta ou da habilitação/inabilitação do licitante no sistema;





**13.3.3** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não a intenção de recurso, fundamentadamente.

**13.3.3.1** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade da intenção de recurso.

**13.3.3.2** Uma vez admitida a intenção de recurso, o Pregoeiro intimará, desde logo, recorrente(s) e recorrido(s) para apresentar pelo sistema eletrônico as razões e contrarrazões recursais no prazo legal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.3.4** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**13.3.5** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**13.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**13.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araucária.

## **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**14.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.





**14.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não formalizar a contratação ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**14.3** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (na área de avisos do sistema COMPRAS.GOV.BR) ou, e-mail ou, sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Araucária, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

**14.3.1** A convocação quando feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta e, no caso de omissão, de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**14.4** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** Constatada a regularidade dos atos praticados, a aceitabilidade da proposta e a habilitação do licitante vencedor, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor.

**15.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**16.1** Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

**16.2** Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

**16.3** Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

**16.4** Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

**16.5** Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de





segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei 14.133, de 2021.

**16.6** Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação, conforme § 4.º do art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16.7** Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão exclusivamente por conta da Contratada, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus à Contratante.

**16.8** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16.9** Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

**16.10** Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

**16.11** Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

**16.12** Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro (tais como telefone, e-mail, endereço e dados bancários) atualizado perante o Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCEPR.

**16.13** Cumprir demais obrigações constantes do Anexo I do presente Edital.

**16.14** Quando se tratar de contratação de grande vulto, nos termos do § 4º do art. 25 c/c inciso XXII do art. 5º da lei 14.133, de 2021, a contratada deverá apresentar o programa de integridade com o cronograma de implantação do citado programa, no prazo de 6 (seis) meses a contar da celebração do contrato.

**16.14.1** O programa de integridade deverá ser elaborado de acordo com o disposto nos artigos 528 a 538 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, no que couber.





**16.14.2** Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o subitem, o contratado estará sujeito a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

### **17.1 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1.1** Homologado o resultado da licitação, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui anexo deste Edital;

**17.1.2** O licitante mais bem classificado será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei n.º 14.133, de 2021.

**17.1.2.1** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**17.1.2.2** Quando na forma eletrônica, a assinatura deverá ser realizada mediante uso de, no mínimo, certificação eletrônica qualificada, nos termos da Lei 14.063, de 2019 e Decreto Municipal 35.639, de 2021;

**17.1.2.3** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, nos termos do art. 298 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**17.1.3** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**17.1.4** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, no sítio eletrônico do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos do § 10 do art. 298 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**17.1.5** A vigência da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e Diário Oficial do Município de Araucária, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, nos termos do art. 84 da Lei 14.133, de 2021, e § 1.º do art. 298 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.





**17.1.5.1** No caso da prorrogação de que trata o subitem anterior aplicar-se-á, no que couber, o disposto no subitem 18.3 do presente edital.

**17.1.6** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, nos termos do art. 300 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**17.1.7** O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

**17.1.8** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes **do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**17.1.9** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços o nos termos do subitem anterior, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**17.1.10** Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados conforme item 17.1.4 deste Edital.

**17.1.11** Os preços registrados poderão ser revistos ou cancelados na ocorrência das situações previstas nos artigos 301 a 304 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

## **17.2 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**17.2.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**17.2.1.1** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**17.2.1.2** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**17.2.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**17.2.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.





**17.2.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**17.2.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**17.2.3.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**17.2.3.2** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 305 e art. 306 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**17.2.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**17.2.4.1** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**17.2.4.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **17.3 TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**17.3.1** Após a homologação da licitação, consoante disposição do art. 309 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e art. 95 da Lei 14.133, de 2021, em sendo realizada a contratação, será(ão) firmado(s) Termo(s) de Contrato ou emitido(s) instrumento(s) equivalente(s).

**17.3.2** Quando for o caso, a licitante adjudicatária deverá, observada a disposição do art. 310 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, assinar Termo de Contrato, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e no presente edital.

**17.3.3** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração;

**17.3.4** A convocação poderá se dar através de correio eletrônico (e-mail), correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araucária.





**17.3.5** Emitida a Nota de Empenho ou o instrumento equivalente, que serão encaminhados através de correio eletrônico (e-mail) à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**17.3.5.1** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

**17.3.6** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

**17.3.7** Toda a comunicação, convocações, comunicados e envio de documentos pertinentes à contratação serão enviados através dos endereços registrados no cadastro de fornecedores da Prefeitura de Araucária e dados registrados no SICAF, sendo responsabilidade da adjudicatária manter atualizados seus dados cadastrais e comunicar ao Departamento de Licitações e Compras<sup>1</sup> eventuais alterações, inclusive de e-mail e telefones de contato.

**17.3.8** Quando o licitante convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidas neste Edital, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

**17.3.9** Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório e legislação vigente.

**17.3.10** Farão parte integrante da contratação o presente Edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

**17.3.11** A contratação se regerá pelas cláusulas e disposições constantes no instrumento contratual, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou instrumento contratual não tenham sido mencionadas.

**17.3.12** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização da contratante.

**17.3.13** Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os

<sup>1</sup> Informações poderão ser solicitadas através do e-mail [compras@araucaria.pr.gov.br](mailto:compras@araucaria.pr.gov.br) ou pelos telefones (41) 3614-1400 Ramal: 1490 ou 2309.





documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da contratada na fase de habilitação.

**17.3.14** Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na contratação.

**17.3.15** O recebimento do objeto se dará conforme as disposições contidas no artigo 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**17.3.16** A empresa contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, nas mesmas condições contratuais, quando aplicável ao objeto contratado.

**17.3.17** A Administração reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto da contratação, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os produtos efetivamente entregues e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei n.º 14.133, de 2021.

**17.3.18** A Administração reserva o direito de recusar todo e qualquer produto ou serviço que não atender as especificações contidas no presente Edital ou que sejam considerados inadequados, conforme § 1º do art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**17.3.19** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

**17.3.19.1** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.3.19.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

**17.3.19.2** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.3.19.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**17.3.20** O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente por **10 (dez) dias úteis**, contados da data da entrega/execução, para avaliação pela Comissão de Recebimento da Secretaria solicitante.

**17.3.21** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas e cumprimento das “Condições” do Anexo I. Tal





recebimento não afasta, contudo, a responsabilidade da contratada de substituir o produto caso venham a ser detectadas irregularidades na especificação ou quantidade.

**17.3.22** A Contratação poderá ser rescindida pelos motivos previstos no artigo 137, e na forma disposta pelo artigo 138 e consequências previstas no artigo 139, todos da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **18. DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DO CONTRATO**

**18.1** Não há previsão.

**18.2** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua publicação.

**18.3** O reajustamento dos preços poderá ser concedido quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, por solicitação formal do interessado, mediante a aplicação do índice IPCA, devidamente demonstrado na oportunidade da concessão do reajuste.

## **19. SANÇÕES**

**19.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**19.1.1** Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato;

**19.1.2** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

**19.1.3** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**19.1.3.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**19.1.3.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**19.1.3.3** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**19.1.3.4** Deixar de apresentar amostra ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**19.1.4** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incorrendo na infração aquele que:

**19.1.4.1** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**19.1.5** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.





**19.1.6** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**19.1.7** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**19.1.8** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**19.1.8.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**19.1.8.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**19.1.8.3** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**19.1.9** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**19.1.10** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

**19.2** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei e no Edital.

**19.3** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**19.4** As sanções deverão ser aplicadas, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa e o devido processo legal.

**19.5** Configurado o descumprimento de obrigação contratual ou o cometimento de infração administrativa, a contratada será intimada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa.

**19.6** Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

**19.7** Com fulcro no art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do objeto, assim como a execução irregular, com atraso injustificado ou nos casos em que o licitante/contratado ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, imoral ou cometer fraude fiscal, sujeitará o licitante/contratado à aplicação das seguintes sanções:

**19.7.1** Advertência, nos termos do inciso I do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

**19.7.2** Multa, nos termos do inciso II do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;





**19.7.3** Impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III e § 4.º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021 e

**19.7.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV e § 5.º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**19.8** Na aplicação das sanções, nos termos do § 1º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, e arts. 210 a 212 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.9** A pena pecuniária de multa, própria para a punição de infrações administrativas, atrasos injustificados, para compensar execução irregular ou inexecução pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas.

**19.10** A multa será recolhida em percentual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não superior a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor total do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as seguintes variações:

**19.10.1** Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 195 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, caberá multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento);

**19.10.2** Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 196 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, previstas nos subitens 19.1.1 ao 19.1.5, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento).

**19.10.3** Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 197 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, previstas nos subitens 19.1.6 ao 19.1.10, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento).

**19.11** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto no subitem 19.8 do presente edital.

**19.12** Nos termos do art. 162 da Lei n.º 14.133, de 2021, a multa será de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da contratação, ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente da parcela em atraso, caracterizando a mora, no limite de 30 (trinta) dias.

**19.13** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.





**19.13.1** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**19.14** Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a Prefeitura Municipal de Araucária poderá considerar o atraso como descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber o objeto da licitação e aplicando as multas previstas no subitem 19.10.

**19.15** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**19.16** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.17** A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no subitem 19.7.3, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1 a 19.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araucária, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**19.18** A sanção de declaração de inidoneidade prevista no subitem 19.7.4 poderá ser aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 19.1.6 ao 19.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1 ao 19.1.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem 19.7.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**19.19** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração Municipal.

**19.20** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





**19.21** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**19.22** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**19.23** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**19.24** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**19.25** Aos casos omissos se aplicam às disposições pertinentes à Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**19.26** As sanções ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, em especial em decorrência de perdas e danos (danos materiais, morais e outros), por mais especiais que sejam e mesmo que não expressos no Edital.

**19.27** As sanções previstas neste Edital serão aplicadas de acordo com o Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

**19.28** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico do Município de Araucária e demais cadastros pertinentes.

## **20. FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**20.1** Ao participar da licitação, as partes declaram conhecimento e se comprometam em cumprir com as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, bem como declaram conhecimento do contido no artigo 5º, inciso IV da Lei n.º 12.846/2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022.

## **21. PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREÇO MÁXIMO**

**21.1** Observado o disposto nos artigos 141 a 146 da Lei n.º 14.133, de 2021, e o parágrafo único do art. 35 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, o pagamento será efetuado de acordo com as quantidades efetivamente adimplidas, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das certidões de regularidade da União e Previdenciários, FGTS e de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.





**21.1.1** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**21.2** Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

**21.2.1** Fatura discriminada, calculada em função dos produtos fornecidos, devidamente atestados pelo(s) Fiscal(ais) do contrato e acompanhada do respectivo Termo de Recebimento Definitivo e da CND da União e Previdenciários, CR do FGTS e CND de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

**21.2.2** O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções, os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

**21.2.3** Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

**21.3** Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior.

**21.4** Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de admissibilidade de reajuste previstos na Lei 14.133, de 2021.

**21.5** O valor total máximo desta licitação é de R\$ 228.162,38 (duzentos e vinte e oito mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos), sendo que o valor estimado para pagamento no ano de 2024 correrá pelo orçamento de 2024, em dotação orçamentária própria, conforme tabela abaixo, previsto na LDO e no PPA, e o valor restante para o exercício de 2025, estará previsto na lei orçamentária anual e na lei de diretrizes orçamentárias do exercício de 2025 bem como no PPA:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	FONTE
SMED	11.01.0012.0361.0003.2070.3.3.90.30.28.00	1000/1103/1104
	11.01.0012.0361.0003.2070.3.3.90.30.44.00	
	11.01.0012.0361.0003.2070.4.4.90.52.24.00	





	11.01.0012.0365.0003.2082.3.3.90.30.28.00	
	11.01.0012.0365.0003.2082.4.4.90.52.24.00	
	11.01.0012.0361.0003.2070.3.3.90.30.17.00	
	11.01.0012.0365.0003.2082.3.3.90.30.28.00	
	11.01.0012.0365.0003.2082.3.3.90.30.44.00	
SMAD	07.01.00040122.0002.2032.3.3.90.30.28.00	1000/1504
	07.01.00040122.0002.2032.3.3.90.30.44.00	
	07.01.00040122.0002.2032.3.3.90.39.17.00	
SMAG	13.01.0020.0605.0007.2130.3.3.90.30.28.00	1000
	13.01.0020.0605.0007.2130.3.3.90.39.99.99	
SMAS	14.01.0008.0122.0008.2150.4.4.90.52.24.00	1000/1934/1938/1939
	14.01.0008.0122.0008.2150.3.3.90.30.28.00	
	14.01.0008.0122.0008.2150.3.3.90.30.44.00	
	14.01.0008.0122.0008.2150.3.3.90.39.17.00	
SMCT	18.01.0013.0392.0010.2167.3.3.90.30.28.00	1000
	18.01.0013.0392.0010.2167.3.3.90.30.44.00	
	18.01.0013.0392.0010.2167.3.3.90.39.17.00	
SMEL	19.01.0027.0812.0004.2191.3.3.90.30.25.00	1000
	19.01.0027.0812.0004.2191.3.3.90.30.28.00	
	19.01.0027.0812.0004.2191.3.3.90.30.44.00	
	19.01.0027.0812.0004.2191.3.3.90.30.17.00	
	19.01.0027.0812.0004.2192.4.4.90.52.24.00	
SMGP	08.01.0004.0122.0002.2035.3.3.90.30.28.00	1000
	08.01.0004.0122.0002.2035.3.3.90.30.44.00	
	08.01.0004.0122.0002.2035.3.3.90.39.17.00	
SMMA	15.01.0018.0541.0009.2164.4.4.90.52.24.00	1000/1504
	15.01.0018.0541.0009.2164.3.3.90.30.28.00	
	15.01.0018.0541.0009.2164.3.3.90.30.44.00	
	15.01.0018.0541.0009.2164.3.3.90.39.17.00	
SMPL	10.01.0004.0122.0002.2054.3.3.90.30.28.00	1000
	10.01.0004.0122.0002.2054.3.3.90.30.44.00	
	10.01.0004.0122.0002.2054.3.3.90.30.17.00	
SMSA	12.01.0010.0301.0005.2101.4.4.90.52.24.00	1303/1494
	12.01.0010.0301.0005.2105.3.3.90.30.25.00	
	12.01.0010.0301.0005.2105.3.3.90.30.28.00	
	12.01.0010.0301.0005.2105.3.3.90.30.44.00	
	12.01.0010.0301.0005.2105.3.3.90.39.17.00	
SMSP	27.01.0006.0181.0018.2239.3.3.90.30.25.00	1000
	27.01.0006.0181.0018.2239.3.3.90.30.28.00	





	27.01.0006.0181.0018.2239.3.3.90.30.44.00	
	27.01.0006.0181.0018.2239.3.3.90.39.17.00	
	27.01.0006.0181.0018.2242.4.4.90.52.24.00	
SMTE	23.01.0011.0122.0015.2210.3.3.90.30.28.00	1000
FUNREBOM	22.01.0004.0122.0002.2200.3.3.90.30.44.00	1000
	22.01.0004.0122.0002.2200.3.3.90.30.28.00	
	22.01.0004.0122.0002.2200.3.3.90.39.17.00	
	22.01.0004.0122.0002.2202.4.4.90.52.24.00	

**21.6** As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processarão por meio de simples apostilamento, que deverá ser anexado aos autos do processo e comunicado à contratada.

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Araucária revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 14.133, de 2021, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sendo oportunizada prévia manifestação dos interessados nos termos do § 3º do mesmo artigo, não cabendo às licitantes direito a indenização, nem pela elaboração da proposta e/ou apresentação de documentos. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**22.2** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou da Ordem de Fornecimento, ou instrumento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.3** A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais, bem como sujeitará a pessoa jurídica às sanções previstas na Lei de Licitações.

**22.4** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





**22.5** O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta.

**22.6** É facultado ao Pregoeiro, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**22.7** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**22.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.9** As normas disciplinadoras da presente licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Araucária, a finalidade e a segurança da contratação e que não afrontem a legislação pertinente.

**22.10** As decisões, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Resultado da Licitação será também publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araucária através do endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.gov.br>.

**22.11** Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação vigente.

**22.12** Conforme regra própria do sistema COMPRAS.GOV.BR, sempre que publicado um evento de suspensão ou alteração do edital, o sistema excluirá as propostas e, quando for o caso, os documentos de habilitação que foram enviados pelos proponentes. **Assim, para garantir a participação no certame, as propostas e demais documentos deverão ser cadastradas novamente, após a republicação de novo edital.**

**22.13** A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**22.14** Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir ao Pregoeiro, ao Agente de Contratação ou à Equipe de Apoio, que não tenham sido exaradas de modo expresse, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente protocolada em tempo hábil.

**22.15** Deverão ser respeitadas as leis ambientais vigentes.





**22.16** Fica eleito, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital, o Foro Regional de Araucária, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, local da realização do certame.

**22.17** O Edital, atas de sessão pública e resultados deverão ser disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.gov.br>.

**22.18** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.19** Dúvidas poderão ser dirimidas pelo Pregoeiro em dias úteis, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, através dos seguintes meios:

**22.19.1** De forma eletrônica através do e-mail: [wagner.prado@araucaria.pr.gov.br](mailto:wagner.prado@araucaria.pr.gov.br);

**22.19.2** Via telefone: (41) 3614-1400 – Ramal:2308

**22.19.3** Endereço para contato: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura do Município de Araucária sito à Rua Heitor Alves Guimarães nº 660, Sala 02, Centro - Araucária/PR - CEP 83.702-130.

## **23. ANEXOS**

**23.1** Integra(m) este Edital, para todos os fins e efeitos, como se nele estivesse(m) transcrito(s), os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I – Termo de referência: Quadro de Quantidades e Custos, Especificações e Condições Gerais de Entrega e Execução;

Anexo II – Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de proposta;

Anexo IV – Modelo de declaração de indicação do representante legal para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato;

Anexo V – Modelo de declaração de ciência quanto a responsabilidade pela atualização de dados cadastrais e bancários;

Anexo VI – Modelo de Declaração LGPD

Anexo VII – Modelo de declarações gerais

Anexo VIII – Modelo de declaração de enquadramento ME/EPP;

Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo XI – Minuta de Contrato.





**Prefeitura do Município de Araucária**  
Secretaria Municipal de Administração

Araucária, 31 de Outubro de 2024

**WAGNER MOREIRA DO PRADO**  
**PREGOEIRO**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/10/2024 11:02 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p67238de2cad4e>.



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 45.570/2024**  
**PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 78/2024**

**1. QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS**

**1.1 GRUPO 01 - DESTINADO À PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

**1.1.1 – LOTE 01: MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**

LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMAS	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL II E RECARGA de extintores tipo AP 10 LTS - ÁGUA PRESSURIZADA, incluindo substituição de peças, conforme NBR 12962	SERVIÇO	300	100	45	2		80	8	38	10	2	2	25	4	616	R\$ 21,29	R\$ 13.114,64
	2	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL II E RECARGA de extintores tipo PQS BC 4 KG - PÓ A BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO, incluindo substituição de peças, conforme NBR 12962	SERVIÇO	400	100	24	20	21	80	25	35	10		2	31	1	749	R\$ 18,11	R\$ 13.564,39
	3	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL II E RECARGA de extintores tipo PQS BC 6 KG - PÓ	SERVIÇO	220	80	13	20	2	80	5	10	20		2	11	3	466	R\$ 19,43	R\$ 9.054,38



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMAS	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				A BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO, incluindo substituição de peças, conforme NBR 12962																	
	4	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL II de extintor tipo CO2 06 KG - DIÓXIDO DE CARBONO, incluindo substituição de peças, conforme NBR 12962	SERVIÇO	120	70	9	20		40	20	35	10	3	2	36	3	368	R\$ 49,06	R\$ 18.054,08
	5	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL II e RECARGA de extintores TIPO PQS ABC 6 KG - PÓ A BASE MONOFOSFATO DE AMÔNIA, incluindo substituição de peças, conforme NBR 12962	SERVIÇO	120	80	15	20		10			10		2		8	265	R\$ 27,44	R\$ 7.271,60
	6	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III e TESTE HIDROSTÁTICO de extintores tipo AP 10 LTS - ÁGUA PRESSURIZADA, com reposição do agente extintor, conforme NBR 12962	SERVIÇO	100		29	2		50	8	16	10	2	2	21	4	244	R\$ 19,65	R\$ 4.794,60
	7	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III e TESTE HIDROSTÁTICO	SERVIÇO	100	50	12	20	21	50	25	16	20		2	27	1	344	R\$ 29,78	R\$ 10.244,32



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				de extintores tipo PQS BC 4 KG - PÓ A BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO, com reposição de agente extintor, conforme NBR 12962																	
	8	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III e TESTE HIDROSTÁTICO de extintores tipo PQS BC 6 KG - PÓ A BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO, com reposição de agente extintor, conforme NBR 12962	SERVIÇO	120		24	2	2	25	5	9	20		2	8	3	220	R\$ 27,44	R\$ 6.036,80
	9	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III e TESTE HIDROSTÁTICO de extintores tipo CO2 06 KG - DIÓXIDO DE CARBONO, com reposição do agente extintor.	SERVIÇO	50		10	2		20	20	11	20	2	2	35	3	175	R\$ 45,57	R\$ 7.974,75
	10	3662	240387	MANUTENÇÃO DE NÍVEL III e TESTE HIDROSTÁTICO de extintores tipo PQS ABC 6 KG, PÓ A BASE DE MONOFOSFATO DE AMÔNIA, com reposição de agente extintor,	SERVIÇO	70			2		20			10		2		8	112	R\$ 23,31	R\$ 2.610,72



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				conforme NBR 12962																	
TOTAL DO LOTE 27																				R\$ 92.720,28	

**1.2 GRUPO 02 - DESTINADA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP E MEI.**

### 1.2.1 LOTE 02 – TESTE HIDROSTÁTICO EM MANGUEIRA DE INCÊNDIO

LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE E TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	11	3662	240387	Teste hidrostático em MANGUEIRA de incêndio, 1.1/2" x 15,0 m, Conforme NBR 11862, NBR 12779, NBR 1439	SERVIÇO	200	6		2					10				20	238	R\$ 16,85	R\$ 4.010,30
	12	3662	240387	Teste hidrostático em MANGUEIRA de incêndio, 2.1/2" x 15,0 m, Conforme NBR 11862, NBR 12779, NBR 1439	SERVIÇO	30	6		2					10				10	58	R\$ 17,47	R\$ 1.013,26
Valor total do lote 02																				R\$ 5.023,56	



## 1.2.2 LOTES 3 A 20 – FORNECIMENTO DE MATERIAIS

LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	13	350592	240391	Fornecimento de COBERTURA TIPO CHAPÉU PARA EXTINTOR EXTERNO, para 1 extintor, confeccionado em aço carbono, pintura epóxi na cor vermelha, medidas mínimas 50 x 45.	UN	10	1		2					6					19	R\$ 63,67	R\$ 1.209,73
4	14	350592	240391	Fornecimento de SUPORTE DE PAREDE para extintor, modelo Universal para EXTINTORES PQS/AP/CO2, em chapa de aço, espessura 2 mm, acabamento galvanizado, com no mínimo dois parafusos e buchas de fixação (mínimo nº 8). O suporte possui um lado maior (com 71mm) e outro menor (com 61mm). O lado menor é destinado a fixação dos extintores de diâmetros menores, extintor de pó 4KG e 6KG e CO2 2KG. O lado maior permite a fixação dos extintores com maior diâmetro; água, pó 8KG e 12KG, CO2 4KG e 6KG. Conjunto completo.	UN	100	10	3	10	18		15	6	20				4	186	R\$ 5,34	R\$ 993,24
5	15	350592	240391	Fornecimento de SUPORTE DE PISO para	UN	20	10	11		8	20	10	1	4			8		92	R\$ 34,70	R\$ 3.192,40



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTI	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				extintor, aramado tipo tripé , destinado para sustentação de extintores no solo tipo P4/P6. Composição: vergalhão redondo de aço. Acabamento: bicromatizado.																	
6	16	350592	240391	Fornecimento de SUPORTE DE PISO para extintor, aramado tipo tripé , destinado para sustentação de extintores no solo tipo AP/CO2/P12. Composição: vergalhão redondo de aço. Acabamento: bicromatizado.	UN	20	10	6		8	20	10		4					78	R\$ 34,70	R\$ 2.706,60
7	17	443742	241784	Fornecimento de FITA ANTIDERRAPANTE PRETA, para área externa e interna, escadas e rampas, tipo lixa adesiva, medidas mínimas 48 mm X 20 metros.	UN	10	5	3		5	50	3	17	10		2		3	108	R\$ 134,27	R\$ 14.501,16
8	18	473410	220572	Fornecimento de PLACA SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTE "PROIBIÇÃO Tipo P" (proibido fumar, proibido produzir chammas etc.), confeccionadas em PVC expandido antichama de espessura mínima 2mm. Dimensões 30 x 30 cm. Conforme NBR 13434.	UN	100	50	2		5	20	10	8	4	2				201	R\$ 14,44	R\$ 2.902,44
9	19	473410	220572	Fornecimento de PLACA SINALIZAÇÃO	UN	100	50	1		5	20	10	1	4	2				193	R\$ 14,33	R\$ 2.765,69



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTI	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				FOTOLUMINESCENTE “ALERTA” Tipo A (risco elétrico, risco de explosão, risco de fogo etc.), confeccionadas em PVC expandido antichama de espessura mínima 2mm. Dimensões: triangular 20 x 20 cm. Conforme NBR 13434																	
10	20	473410	220572	Fornecimento de PLACA SINALIZADORA FOTOLUMINESCENTE “ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO” (Código: S – solicitação conforme necessidade), confeccionadas em PVC expandido antichama de espessura mínima 2mm. Dimensões: 12 x 24 cm). Conforme NBR 13434	UN	200	50						2	4	13		100	5	374	R\$ 9,85	R\$ 3.683,90
11	21	473410	220572	Fornecimento de PLACA SINALIZADORA FOTOLUMINESCENTE “ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO” (Código: S24 – solicitação conforme necessidade), confeccionadas em PVC expandido antichama de espessura mínima 2mm. Dimensões mínimas: 25 x 40 cm). Conforme NBR 13434.	UN	100	50	1						4				5	160	R\$ 13,30	R\$ 2.128,00
12	22	473410	220572	Fornecimento de PLACA SINALIZADORA “EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO	UN	100	50	1						4				4	159	R\$ 13,95	R\$ 2.218,05



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTB	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				e ALARME" (Código: E ), confeccionadas em PVC expandido antichama de espessura mínima 2mm. Dimensões: 20 x 20 cm. Conforme NBR 13434.																	
13	23	473410	220572	Fornecimento de PLACA SINALIZADORA "EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO e ALARME" (Código: E ), confeccionadas em PVC expandido antichama de espessura mínima 2mm. Dimensões: 15 x 20 cm. Conforme NBR 13434.	UN	50	50								5				105	R\$ 13,70	R\$ 1.438,50
14	24	446214	240393	Fornecimento de Luminária de Emergência 30 LED's, Fluxo Luminoso: 70/100 Lúmens, Autonomia: 3/6 horas, fabricado em plástico ABS, com compartimento para guardar o cabo para melhor manuseio, cabo e plugue em conformidade com a portaria 136/2001 do INMETRO e NBR 14136/2012, tensão Bivolt Automático 127 / 220 VCA - 50 - 60 Hz.; Tipo de Bateria: Lítio 3,7v - 1.000 mAh; Cobertura: 25 m². Conforme ABNT NBR 10898/23.	UN	100	100	16	2	20			11	15				5	269	R\$ 18,71	R\$ 5.032,99
15	25	446214	240393	Fornecimento de Luminária de	UN	20	100		1	2			7	15	1		30	5	181	R\$ 161,29	R\$ 29.193,49



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				Emergência, com dois faróis direcionais com no mínimo 24 LEDS cada um, gabinete confeccionado em ABS, bivolt 110/220v, led indicador de operação, bateria chumbo ácido selada. Dados técnicos: Tensão 127 / 220v; . Área de cobertura aprox. 450 m². Completa: com dispositivo para fixação. Conforme ABNT NBR 10898/23																	
16	26	601858	240396	Fornecimento de CHAVE STORZ DUPLA 2 1/2" ou 1 1/2" , chave para engate rápido (Storz) 2.1/2" ou 1.1/2" , espessura 6,5mm, em alumínio fundido, acabamento jateado. Em conformidade com NPT-022 CBPM/PR e NBR ABNT 6941 / 14349 / 16021 ou respectivas atualizações	UN	20	1		1		10			10				6	48	R\$ 13,10	R\$ 628,80
17	27	291877	213252	Fornecimento de ADAPTADOR STORZ 1.1/2" X 2.1/2" Rosca x Storz. Engate Rápido 1.1/2" (Storz) X Rosca 2.1/2" Interna NBR 5 Fios por Polegada, confeccionado em latão de alta resistência conforme Norma NBR 6941 da ABNT ou respectivas	UN	10			1		15			10					36	R\$ 73,16	R\$ 2.633,76



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				atualizações. Utilizado nas saídas das válvulas, registros globos, tubulações ou para equipamentos que necessitam de conexões de rosca para engate rápido. Em conformidade com NPT 022, CBPM/PR e com as Normas NBR 5667 e NBR 14.349 ou respectivas atualizações																	
18	28	600409	240184	Fornecimento de ESGUICHO REGULÁVEL DIÂMETRO 1.1/2" tipo ELKHART. Esguicho para combate a incêndio tipo jato sólido e neblina, entrada engate rápido Storz, dotado de três posições fechado, jato sólido e neblina fina, em diversos ângulos até 120º graus de abertura, anel protetor do bocal em borracha sintética, confeccionado em latão fundido com acabamento jateado e usinado, conforme Norma NBR 6941 da ABNT ou respectivas atualizações. Em conformidade com NPT-022 CBPM/PR e Norma ABNT NBR 14870/02 ou respectivas atualizações	UN	10	1	1	1		10			6					29	R\$ 108,13	R\$ 3.135,77
19	29	304669	241782	Fornecimento de Mangueira de combate a incêndio 1.1/2",	UN	10	2		1		10			6					29	R\$ 366,38	R\$ 10.625,02

LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				38mm, tipo 2, confeccionada em fibra sintética, no comprimento de 15 m, conforme NBR 11861, NBR 12779, NBR 14349.																	
20	30	304575	241783	Fornecimento de Mangueira de combate a incêndio 2.1/2", 65mm, tipo 2, confeccionada em fibra sintética, no comprimento de 15 m, conforme NBR 11861, NBR 12779, NBR 14349.	UN	10	2		1		10			6					29	R\$ 488,60	R\$ 14.169,40

## LOTES 21 A 26 – FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM INSTALAÇÃO

LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	31	383535	240392	Fornecimento e instalação de ABRIGO PARA HIDRANTE e MANGUEIRA DE INCÊNDIO, confeccionada em chapa de aço galvanizado, porta com visor e placa em PVC com inscrição INCÊNDIO, acabamento em pintura eletrostática na cor vermelha, nas dimensões: 90x60x17cm Sobrepor.	UN	10	1		1					3					15	R\$ 355,55	R\$ 5.333,25
22	32	383535	240392	Fornecimento e	UN	10	1		1					3					15	R\$ 311,41	R\$ 4.671,15



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTB	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				instalação de ABRIGO PARA HIDRANTE e MANGUEIRA DE INCÊNDIO, confeccionada em chapa de aço galvanizado, porta com visor e placa em PVC com inscrição INCÊNDIO, acabamento em pintura eletrostática na cor vermelha, nas dimensões: 75x45x17cm Sobrepor.																	
23	33	383535	240392	Fornecimento e instalação de ABRIGO PARA HIDRANTE e MANGUEIRA DE INCÊNDIO, confeccionada em chapa de aço galvanizado, porta com visor e placa e PVC com inscrição INCÊNDIO, acabamento em pintura eletrostática na cor vermelha, nas dimensões: 90x60x17cm Embutir.	UN	10	1		1					3					15	R\$ 352,92	R\$ 5.293,80
24	34	383535	240392	Fornecimento e instalação de ABRIGO PARA HIDRANTE e MANGUEIRA DE INCÊNDIO, confeccionada em chapa de aço galvanizado, porta com visor e placa em PVC com inscrição INCÊNDIO, acabamento em pintura eletrostática na cor vermelha, nas	UN	10	1		1					4					16	R\$ 309,17	R\$ 4.946,72



LOTE	ITEM	CATMAT	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UN	SMED	SMAS	SMCT	SMEL	SMMA	SMSA	SMPL	SMAD	SMSP	SMGP	SMTE	SMAG	FUNREBOM	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				dimensões: 75x45x17cm Embutir.																	
25	35	473410	220572	Fornecimento e instalação de PLACA SINALIZADORA "CAPACIDADE DE PÚBLICO" (Código - M2), confeccionadas em PVC expandido antichama. Dimensões 45 x 78 cm). Conforme NBR 13434	UN	10	5	1	4		70			5	1				96	R\$ 61,68	R\$ 5.921,28
26	36	473410	220572	Fornecimento e instalação de PLACA SINALIZADORA "sistemas de segurança contra incêndio adotados no edifício" (Código - M1), confeccionadas em PVC expandido antichama. Dimensões 45 x 78 cm. Conforme NBR 13434.	UN	10								4					14	R\$ 78,10	R\$ 1.093,40

Obs.: Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br, prevalecerão as constantes neste Edital.





## **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1** Os bens/serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021.

**2.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39.132, de 2023.

## **3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO**

### **3.1 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.1** A Prefeitura Municipal de Araucária não está obrigada a contratar uma quantidade mínima do material, ficando a critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

### **3.2 LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE EXTINTORES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS e LOTE 02 - TESTE HIDROSTÁTICO EM MANGUEIRA DE INCÊNDIO**

**3.2.1** A CONTRATADA será responsável pela coleta e devolução dos extintores e mangueiras de combate a incêndio nos endereços informados no item 6, deste anexo.

**3.2.2** Para execução dos serviços, será necessário observar que:

**3.2.2.1** A coleta dos extintores e mangueiras de combate a incêndio para manutenção, deverá ocorrer em no máximo 10 (dez) dias úteis, de segunda a sexta-feira em horário administrativo das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, e deverão ser devolvidos na unidade em no máximo 10 (dez) dias úteis contadas do dia da retirada. Os endereços relacionados no item 6, deste anexo.

**3.2.2.2** Os serviços a serem executados, de forma resumida, são os seguintes:

a) Manutenção do sistema móvel de extintores nos endereços mencionados no item 6 deste anexo;

b) **Teste hidrostático em mangueiras de incêndio das Unidades que possuem o sistema de hidrantes.**

### **3.3 LOTES 03 AO LOTE 26 - FORNECIMENTO DE MATERIAIS:**

**3.3.1** A CONTRATADA terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias, após o recebimento da nota de empenho emitido pela CONTRATANTE, para fornecimento e instalação dos materiais solicitados nos endereços que serão informados no momento da solicitação;





**3.3.2** Os materiais fornecidos devem atender às normas técnicas conforme especificação de cada item;

**3.3.3** Quando o item solicitar instalação, a mesma deverá ocorrer de segunda a sexta-feira em horário administrativo das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30;

**3.3.4** A CONTRATADA será responsável pela entrega e instalação dos itens quando necessária, nos endereços das unidades educacionais descritas na solicitação;

**3.3.5** O prazo de garantia é:

**3.3.5.1** 30 dias para serviços e produtos não duráveis e 90 dias para serviços e produtos duráveis.

**3.3.5.2** Para os serviços de manutenção/recarga de extintor garantia de 12 meses (esta garantia é desde que o lacre e o anel não tenha sido rompido e o selo do INMETRO não esteja rasurado ou danificado), ou seja, quando houver despressurização sem que o extintor tenha sido acionado.

**3.3.6** Em caso de defeito durante o prazo de garantia das peças e acessórios, a empresa será comunicada oficialmente e terá o prazo máximo de 1 dia útil para iniciar o atendimento e prazo máximo de 5 dias úteis (contados a partir do início do atendimento), para substituir por outra equivalente ou superior, sem qualquer tipo de ônus para a CONTRATANTE e será responsável pelo transporte (retirada e devolução) dos itens;

#### **4. CONDIÇÃO GERAL**

**4.1** Quanto a Capacitação Técnica, Profissional e Operacional da empresa, deverá apresentar comprovações relacionadas ao objeto. Para teste hidrostático em mangueiras de incêndio, empresa capacitada será aquela que reunir as condições técnicas e de gestão para atendimento dos requisitos descritos na NBR 12779/2009 no item 6, subitem 6.1.2., subitens 6.1.2. a 6.1.2.6, conforme solicitado no item 1.4 do Anexo II.

**4.2** A CONTRATADA deverá possuir inscrição ou registro junto aos Órgãos e Agências de controle, que comprove atividade relacionada com o objeto;

**4.3** A CONTRATADA deverá possuir profissionais devidamente habilitado, com conhecimento e treinamento adequado para a execução dos serviços (conforme subitem 5.2.3. da Portaria 58/2022 INMETRO), bem como possuir ferramentas e materiais necessários (conforme subitem 5.2.2. da portaria 58/2022 INMETRO), devendo a CONTRATADA responsabilizar-se pela guarda e segurança dos mesmos;





**4.4** A CONTRATADA deverá disponibilizar aos seus funcionários: Crachá de identificação funcional, constando no mínimo: nome da empresa, nome e número do documento de identificação do funcionário;

**4.5** Comunicar oficialmente à CONTRATANTE, qualquer motivo impeditivo que impossibilite a execução dos serviços ou fornecimento dos itens solicitados, indicando quais as providências a serem tomadas;

**4.6** Prestar à CONTRATANTE toda e qualquer informação ou esclarecimento relativo à prestação do serviço;

**4.7** Caso os serviços prestados não satisfaçam as necessidades, a CONTRATADA estará sujeita a fazer reparos;

**4.8** São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer despesas necessárias resultantes da contratação, inclusive as despesas com transportes até os locais onde serão coletados extintores/mangueiras.

**4.9** A CONTRATADA deve manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e qualificação exigidas;

**4.10** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente os dispositivos presentes na PORTARIA Nº 58 DE 16/02/2022 do INSTITUTO DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO.

## **5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO**

**5.1** A Prefeitura Municipal de Araucária não está obrigada a contratar uma quantidade mínima de itens ou serviços, ficando a critério, a definição da quantidade e do momento da aquisição;

**5.2** Os itens serão solicitados conforme demanda;

**5.3** As solicitações de materiais e serviços, serão realizadas via e-mail informando os materiais e quantidades, locais onde extintores e mangueiras deverão ser coletados;





**5.4** Os materiais serão avaliados levando-se em conta a conformidade com as especificações e características técnicas solicitadas e com as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial) vigentes durante o contrato;

**5.5** Os serviços devem ser executados de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas;

**5.6** Somente serão aceitas peças novas de reposição e em perfeitas condições, sem existência de uso anterior;

**5.7** Fica impedida a realização de manutenção de extintores de incêndio cujos componentes não estejam disponíveis no mercado, o que implicaria na perda da garantia de funcionalidade do extintor. Não são permitidas adaptações (NBR 12962/2016 subitem 5.3.3);

**5.8** Ficam impedidos de serem submetidos à manutenção os recipientes dos extintores de incêndio de baixa pressão, os cilindros dos extintores de incêndio de alta pressão e os cilindros para o gás expelente que não possuam as seguintes marcações à punção (NBR 12962/2016 subitem 5.3.1):

- a) identificação do fabricante;
- b) número do recipiente ou cilindro;
- c) data de fabricação;
- d) Norma Brasileira de Fabricação;
- e) código de projeto (para os extintores com fabricação a partir de 2006);

**5.9** Caso os extintores não possuam qualquer um dos itens citados, o recipiente ou cilindro deve ser condenado e colocado fora de uso, devendo ser devolvido à unidade ao qual foi coletado. (NBR 12962/2016 subitem 5.3.2);

**5.10** A CONTRATADA deverá fornecer todo material, ferramentas e equipamento, inclusive o de segurança, necessários a execução dos serviços;





**5.11** A CONTRATADA deverá promover todas as medidas de segurança para proteção de seus funcionários, servidores e público durante a execução dos serviços;

**5.12** A CONTRATADA deverá atender todas as reclamações da Fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados;

**5.13** A CONTRATADA deverá substituir os produtos danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;

**5.14** Observar e cumprir todas as normas legais referentes ao assunto, bem como os regulamentos que de qualquer forma afetam direta ou indiretamente a execução dos serviços;

**5.15** A CONTRATADA deverá realizar Manutenção de Segundo Nível (conforme tabela 1 subitem 5.3 da NBR 12962) em todos os extintores de combate a incêndio (executada em aparelhos com data do último teste hidrostático inferior a cinco anos). Fazer a desmontagem completa do extintor para limpeza dos componentes, inspeção de peças e parte interna, ensaios nos componentes, recarga e pressurização, colocação do anel de identificação de manutenção **(conforme cronograma de cores do anexo C Portaria 58/2022 INMETRO)**, trava e lacre;

**5.16** A CONTRATADA deverá executar Manutenção de Terceiro Nível (conforme tabela 1 (um) subitem 5.3 da NBR 12962) nos extintores de combate a incêndio (efetuada em aparelhos com data do último teste hidrostático igual ou superior a cinco anos). Fazer a desmontagem completa do extintor para limpeza dos componentes, inspeção de peças e parte interna, ensaios nos componentes, recarga e pressurização, colocação do anel de identificação de manutenção **(conforme cronograma de cores do anexo C Portaria 58/2022 INMETRO)**, trava e lacre; realizar a revisão total do extintor de incêndio, incluindo o ensaio hidrostático, que verifica vazamentos e a resistência do extintor. Os cilindros reprovados devem ser identificados e devolvidos para a unidade ao qual foi coletado;





**5.17** A CONTRATADA deverá proceder à reposição ou substituição da carga normal do agente extintor e/ou gás expelente, realizado com equipamento e local apropriado e por pessoal habilitado;

**5.18** Não serão permitidas a substituição do tipo de agente extintor ou do gás expelente, nem a alteração das pressões ou quantidades indicadas pelo fabricante;

**5.19** Em hipótese alguma será aceita a troca dos cilindros pertencentes a cada Unidade Educacional, Departamentos e sede da SMED;

**5.20** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela retirada e devolução dos extintores bem como das mangueiras de incêndio, junto às Unidades Educacionais, Departamentos e sede da SMED, de acordo com a localização original destes aparelhos;

**5.21** Não será permitido a retirada de dos equipamentos de uma única vez. A CONTRATADA deverá fornecer extintores e mangueiras de incêndio dentro do prazo de validade em proporção adequada para substituição provisória, mantendo a Unidade guarnecida com 100% dos equipamentos durante o período em que o serviço estiver sendo executado, podendo ser realizado em duas etapas;

**5.22** A CONTRATADA deverá emitir termo de retirada e devolução (contendo as informações: data da retirada, quantidade e tipo e data da devolução) dos extintores e mangueiras de combate a incêndio, devidamente descritos e assinados pelo responsável de cada unidade;

**5.23** A CONTRATADA deverá discriminar as peças, componentes ou acessórios, que serão substituídos e entregá-los juntos com os extintores no ato da devolução;

**5.24** Concluída a recarga dos extintores, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela:

a) Verificação das condições de pressão indicada pelo manômetro, quando houver;

**b) Reaperto dos componentes rosqueados que não sejam submetidos à pressão;**





- c) Limpeza dos componentes aparentes;
- d) **Instalação da etiqueta de identificação em seu bojo, contendo o número do extintor, número do cilindro, tipo/capacidade, mês/ano que foi carregado, mês/ano da recarga, mês/ano do último teste hidrostático, fabricante/marca. Esta etiqueta deverá ser protegida convenientemente a fim de evitar que esses dados sejam danificados;**

**5.25** Colocar o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO (Conforme modelo do no anexo III da portaria 58/2022) nos extintores mantidos anexado aos equipamentos e protegido convenientemente, a fim de evitar que esses dados sejam danificados;

**5.26** Instalação do lacre de inviolabilidade de modo que não se rompa no transporte ou ao manusear o extintor;

**5.27** O custo com eventual necessidade de troca de peças em função da manutenção preventiva e corretiva deverá ser incluso no preço da recarga;

**5.28** As quantidades de recargas e testes hidrostáticos são estimativas, podendo ao final dos serviços haver alteração no quantitativo. No caso de supressão no quantitativo a CONTRATADA deverá cobrar somente os serviços realizados;

**5.29** O recebimento dos materiais/serviços não desobriga a CONTRATADA de refazê-lo e substituí-los, se for constatado posteriormente qualquer vício ou defeito, ficando esta sujeita à aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

**5.30** A CONTRATADA deverá enviar Relatório de Manutenção dos extintores a fim de justificar o tipo de manutenção realizada e serviços prestados no extintor (teste, recarga, reteste, reparos de componentes etc) por unidade, que deverá ser encaminhado junto com a nota fiscal.

**5.31** O relatório da manutenção de segundo nível deve conter no mínimo as seguintes informações **(NBR 12962/2016 subitem 5.3.7.3):**

- a) identificação do cliente: nome ou razão social;





- b) identificação do recipiente/cilindro (norma, número de série e carga nominal do agente extintor);
- c) marca e ano de fabricação do recipiente/extintor e do último ensaio hidrostático, quando houver;
- d) discriminação dos componentes novos que substituíram outros reprovados, quando aplicável;
- e) número do selo de identificação da conformidade, individualizado para cada extintor;

**5.32** O relatório da manutenção de terceiro nível deve conter no mínimo as seguintes informações (NBR 12962/2016 subitem 5.3.8.3):

- a) identificação do cliente: nome ou razão social;
- b) identificação do recipiente/cilindro (norma, número de série e carga nominal do agente extintor);
- c) marca e ano de fabricação do recipiente/extintor e do último ensaio hidrostático, quando houver;
- d) discriminação dos componentes novos que substituíram outros reprovados, quando aplicável;
- e) perda de massa, para os cilindros que possuam marcação de sua tara e que passaram por processo de remoção total da pintura;
- f) expansão total, permanente e permanente percentual dos cilindros ensaiados hidrostaticamente;
- g) resultado do ensaio hidrostático e, se for o caso, o motivo da condenação;
- h) valores de fatores de enchimento e pressões adotados para os ensaios;
- i) situação de aprovação ou reprovação do cilindro ou recipiente após ensaios;
- j) Relacionar e geral relatório dos extintores que foram reprovados no processo de manutenção e devolvê-los na unidade a qual foi recolhido;

**5.33 DAS MANGUEIRAS DE INCÊNDIO:**





**5.33.1** As mangueiras de incêndio deverão ser submetidas a teste hidrostático conforme: NBR 12779/2009; NBR 14349:1999 ou NBRs vigentes no momento da contratação;

**5.33.2** As mangueiras que forem reprovadas nos ensaios, sem a possibilidade de reparo descritas na NBR, devem receber a inscrição **“CONDENADA”** próxima a união nas duas extremidades e no meio em cor contrastante à da mangueira, e devem ser devolvidas à Unidade onde foi coletada;

**5.33.3** Mangueiras que apresentem vazamento nas proximidades das uniões podem ser reparadas. Se reparadas, deve ser utilizada a prática usual de corte e reempatação, desde que sejam observadas as condições previstas na **NBR 12779/2009 subitem 6.3;**

**5.33.4** As mangueiras, após manutenção que obrigue a redução em seu comprimento, deve retornar para o uso caso a redução seja de no máximo 3% de seu comprimento nominal. A união deve ser substituída por uma nova, conforme ABNT NBR 14349/1999;

**5.33.5** Ao final do teste, a mangueira deve receber etiqueta de comprovação constando o nome da empresa de execução, o tipo, comprimento e espessura da mangueira, marca ou nome do fabricante, nº ABNT reguladora e data da realização do teste.

**5.33.6** Emitir certificado de manutenção e inspeção de mangueira de incêndio conforme NBR 12779/2009 por unidade onde foram coletadas as mangueiras. O relatório deverá conter informações mínimas: identificação, fabricante, diâmetro, comprimento, tipo, inspeção ou manutenção, data de execução, data da próxima inspeção e/ou manutenção, resultado final, nome e assinatura do responsável pela manutenção. Estes certificados deverão ser encaminhados junto com a Nota Fiscal;

**5.33.7** A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO NÃO PODE FICAR SEM MANGUEIRAS DURANTE O PERÍODO DE INSPEÇÃO OU MANUTENÇÃO. (NBR 12779/2009 ITEM 4, SUBITEM 4.1.1.).





### **5.34 Efetivado o serviço, o objeto será recebido:**

**5.34.1** Definitivamente, após o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do termo de retirada e devolução de entrega, uma vez verificado o atendimento integral de seu objeto, quantidades e especificações.

## **6. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

### **6.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

- a) **CMAEE - Área Surdez:** Rua Luis Franceschi, nº 963 - Thomaz Coelho – 3614-747;
- b) **CMAEE - Área Visual:** Rua Luis Franceschi, nº 963 - Thomaz Coelho – 3614-7808;
- c) **CMAEE - TGD Transtorno Global de Desenvolvimento** - Avenida Archelau de Almeida Torres, nº 1411 – Iguaçu – 3614-7449;
- d) **CMAEE Joelma do Rocio Túlio** - Rua Maria de Lourdes Grabowski Kampa, nº 233 – Centro – 3614-7813;
- e) **CAEM** - Rua Elvis Blaszczyk , 45 - Capela Velha – 3614-7471;
- f) **Escola Municipal Archelau de Almeida Torres** - Rua Guanabara, nº 50 – Iguaçu – 3614-7430;
- g) **Escola Municipal Arnaldo Maia** - Rua Dom Manoel da Silveira - D'Elboux, nº 1005 - Thomaz Coelho – 3614-7728;
- h) **Escola Municipal Ayrton Senna da Silva** - Rua Avestruz, nº160, Jd. Shangai -
- i) 3614-1400 Ramal: 3406;
- j) **Escola Municipal Dep. João Leopoldo Jacomet:** Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 472, Gralha Azul;
- k) **Escola Municipal Elirio Alves Pinto** Rua Luiz Karas, nº 181 – Costeira – 3614-7427;
- l) **Escola Municipal Gal. Celso de Azevedo Daltro Santos:** Rua José Bonvim, nº 69 – Tindiquera – 3614-7433;
- m) **Escola Municipal Ibraim Antonio Mansur:** Av. Nossa Senhora dos Remédios, nº 1360 - Fazenda Velha – 3614-7433;
- n) **Escola Municipal Irmã Elizabeth Werka:** Rua Rodolpho Hasselmann, nº 531 – Centro – 3614-7454;
- o) **Escola Municipal Marcelino Luiz de Andrade:** Rua Tico - Tico, nº165, Jd. Condor





- p) 3614-7924;
- q) **Escola Municipal Papa Paulo VI:** R. Pres. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 251 - Jd. Dalla Torre – 3614-7465;
- r) **Escola Municipal Pedro Biscaia:** Rua das Flores, 1311 - Campina da Barra – 3614-7410;
- s) **Escola Municipal Pref. Alderico Z. Ozório** - Rua Carlos de Lima, nº 160 – Estação – 3614-7445;
- t) **Escola Municipal Pref. Aleixo Grebos:** Rua Félix Tamplim, nº 300 - Vila Angélica – 3614-7431;
- u) **Escola Municipal Pres. Juscelino K. de Oliveira:** Rua Joaquina Tonchak, nº 621 - Porto das Laranjeiras – 3614-7470;
- v) **Escola Municipal Profª. Azurêa Busquette Belnoski:** Rua dos Gerânios, nº 1727 - Jd. Tupy – 3614-7544;
- w) **Escola Municipal Profª Balbina Pereira de Souza:** Rua Azaleia, nº 170 - Campina da Barra – 3614-7746;
- x) **Escola Municipal Profª Ceci Sueli da Silva Cantador:** Rua Pedro José Saad, nº 39 - Jd. Alvorada – 3614-7453;
- y) **Escola Municipal Profª Delani Aparecida Alves:** Rua Águia, nº 1450 - Capela Velha – 3614-7453;
- z) **Escola Municipal Profª Egipciana Swain Paraná Carrano:** Rua João Túlio, nº 125, Passaúna – 3614-7456;
- aa) **Escola Municipal Profª Eglé Cordeiro Machado Pinto:** Rua Saracura, nº 1252 - Capela Velha – 3614-7456;
- ab) **Escola Municipal Profª Elvira de França Buschmann:** Rua Uirapuru, nº 228 - Capela Velha – 3614-7807;
- ac) **Escola Municipal Profª Maria Aparecida Saliba Torres:** Rua Profª Maria Nassar Schaustek, nº 1024 - Campina da Barra – 3614-7528;
- ad) **Escola Municipal Profª Nadir Nepomuceno Alves Pinto:** Rua Lucas Wilczak, nº 32, Costeira – 3614-7437;
- ae) **Escola Municipal Profª Silda Sally Wille Ehlke:** Rua Mato Grosso, nº 631 - Jd. Fonte Nova – 3614-7491;
- af) **Escola Municipal Profª Terezinha Mariano Theobald:** Rua Eduardo Dudek, 55 – Cachoeira – 3614-7443;
- ag) **Escola Municipal Profª Ambrósio Iantas:** Rua José Maria dos Anjos, nº 80 - Capela Velha – 3614-7455;





- ah) **Escola Municipal Profº Arlindo Milton Druszczyk** - Rua Faizão, 1320- Capela Velha
- ai) 3614-7712;
- aj) **Escola Municipal Sebastião Tavares**: R. Manoel Ribas, 3561 – Costeira – 3614-7422;
- ak) **Escola Municipal Senador Marcos Freire**: Rua Francisco Gondek, nº 250 – Estação – 3614-7452;
- al) **Escola do Campo Municipal Edvino Nowak**: Av. Independência, s/n - Rio Verde – 3614-7407;
- am) **Escola do Campo Municipal João Sperandio**: Rod. do Xisto, 12806 - km 26 - Rio Abaixo – 3614-7451;
- an) **Escola do Campo Municipal Profª. Andréa Maria Scherreier Dias**: Av. Pedro Euzébio Lemos, nº 19469 – (41) 3614-7444;
- ao) **Escola Municipal Pres. Castelo Branco**: Rua Olivir Cabrini, nº 2590 – Capinzal – (41) 3614-7408;
- ap) **Escola do Campo Municipal Rosa Picheth**: R. Augusto Borkowski, 511 – Guajuvira – (41) 3614-7411;
- aq) **Escola do Campo Municipal Rui Barbosa**: Av. Prefeito Romualdo Sobocinski, nº 52 - Lagoa Grande – (41) 3614-7413;
- ar) **CMEI Aurora Lopes Wernick**: Rua Michel N Saliba, nº 243 - Jd. Alvorada – (41) 3614-7835;
- as) **CMEI Bernardo Von Muller Berneck**: Rua Flamingo, nº 769 - Capela Velha – (41) 3614-7463;
- at) **CMEI Profª Dorinha Luci Mosson Trzasko (Cachoeira)**: Rua Antônio Pinho Ribas, nº 24 – Iguaçu – (41) 3614-7425;
- au) **CMEI Educadora Andreia da Silva Alves (Califórnia)**: Rua Saracura, nº 1314 - Capela Velha – (41) 3614-7468;
- av) **CMEI Profª Gislaine do Rocio Chaves Stocco (Campina da Barra)**: Rua das Flores, nº 670 - Campina da Barra – (41) 3614-7854;
- aw) **CMEI Costeira**: Rua Pedro Burkowski, nº 1004 – Costeira – (41) 3614-7420;
- ax) **CMEI Ester Razzini (Dalla Torre)**: Rua Sandro Fialla, nº 439 – Passaúna – (41) 3614-7591;
- ay) **CMEI Educadora Angelina Saas da Silva – Primavera**: Rua Luiz Karas, nº 111 – Costeira – (41) 3614-7921;
- az) **CMEI Estação**: Rua Lírio Bonetto, nº 459 – Estação – (41) 3614-7469;





- ba) **CMEI Jardim da Araucárias:** Avenida Archelau de Almeida Torres, nº 1203 – Iguaçu: (41) 3614-7442;
- bb) **CMEI Jardim do Conhecimento:** Rua São Vicente de Paulo, nº 600 – Centro – (41)
- bc) 3614-7730;
- bd) **CMEI Jihad Hissam Dehaini:** Rua Presidente Costa e Silva, nº 858 - Campina da Barra – (41) 3614-7749;
- be) **CMEI Manoel Bandeira:** Rua Amazonas, nº 82 – Iguaçu – (41) 3614-7584;
- bf) **CMEI Pedagoga Jacqueline Machado Carteri (Maranhão):** Rua Francisco Drewniak, nº 60 – Costeira – (41) 3614-7811;
- bg) **CMEI Maria Ferreira de Lima:** Praça Alberto Markowicz, nº 69 - Thomaz Coelho - (41) 3614-7919;
- bh) **CMEI Norma Von Müller Berneck:** Rua José Maria dos Anjos, nº 50 - Capela Velha – (41) 3614-7457;
- bi) **CMEI Planalto:** Rua Antônio Mendes, nº 39 – Costeira – (41) 3614-7916;
- bj) **CMEI Profª Alice Montrezol Mattos:** Rua Gralha-Azul, 600 - Capela Velha – (41) 3614-7827;
- bk) **CMEI Profª Bronilda Namikata:** Rua Félix Klechovicz, nº 396 - Porto das Laranjeiras – (41) 3614-7915;
- bl) **CMEI Profª Célia Bonfim Bialeski:** Rua Zulmira dos Santos Galize, nº 175 - Fazenda Velha – (41) 3614-7826;
- bm) **CMEI Profª Gilca Silveira Fiuza:** Rua Passaúna, 515 - Jd Shangri-lá – (41) 3614-7585;
- bn) **CMEI Profª Maria de Lourdes da Silva Chagas:** Ruas João Gotfrid, nº 240 – Iguatemi – (41) 3614-7466;
- bo) **CMEI Profª Maria Izabel Hempkemaier:** Rua Arlaí Ozório Vicente, nº 74 – Costeira -
- bp) (41) 3614-7458;
- bq) **CMEI Profª Rosene Rodrigues da Silva:** Rua Yoshiaki Nagano, 701 - Capela Velha
- br) (41) 3614-7441;
- bs) **CMEI Profa Sonia Regina Correa da Silva:** Rua Begônia, nº 1029 - Jd. Tupy - (41)
- bt) 3614-7561;





- bu) **CMEI Profª Tereza Dias de Andrade:** Rua Pinus Eliotti, nº 420 - Capela Velha – (41) 3614-7446;
- bv) **CMEI Profª Verônica Bohaenko Daneliu:** Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, nº 148 - Capela Velha – (41) 3614-7440;
- bw) **CMEI Profª Verônica Panek Hass:** Rua Judith Brunato Cantador, nº 110 - Costeira(41) 3614-7426;
- bx) **CMEI Profª Andréia do Carmo Rocha (Santa Clara):** Rua Azaléia, nº 189 Campina da Barra – (41) 3614-7823;
- by) **CMEI São Francisco de Assis:** Rua Estela Lesniowski Wzorek, nº 132 - Fazenda Velha – (41) 3614-7461;
- bz) **CMEI Tereza de Benguela:** Rua Faizão, 1350 - Capela Velha - (41) 3614-7439;
- ca) **CMEI Tindiquera:** Rua João Wolski, nº 90 – Tindiquera – (41) 3614-7556;
- cb) **CMEI Educadora Maria Cristina dos Santos (Torres):** Rua São Paulo, nº 813 – Iguaçu – (41) 3614-7447;
- cc) **CMEI Vila Angélica:** Av. das Araucárias, nº 3110 - Vila Angélica – (41) 3614-7447;
- cd) **CMEI Vitório Sfindrych:** Av. Centenário, nº 158 – Barigui – (41) 3614-7829;
- ce) **CMEI do Campo CAPINZAL:** Rua Ângela Maria Ferreira da cruz, 42 - Capinzal
- cf) (41) 3614-7818;
- cg) **CMEI do Campo Profª Filomena Resner:** Av. Pedro Euzébio Lemos, 15400 – (41) 3614-7742;
- ch) **CMEI do Campo Profª Maria Arlete B. Vaz:** Rua Coronel Manoel Gonçalves Ferreira, nº 70 -Guajuvira - (41) 3614-7918;

## **6.2 OUTROS DEPARTAMENTOS DA SMED:**

- a) **Sede da Secretaria Municipal de Educação :** Rua Lourenço Jasiocha, nº2197, Centro - (41) 3614-7400;
- b) **Alimentação Escolar:** Rua Antônio Cândido Nascimento, Marginal da Rod do Xisto, nº6868, Fazenda Velha - (41) 3614-7423;
- c) **Almoxarifado:** AV. Victor Ferreira do Amaral, nº1313, Centro – (41) 3614-7429;
- d) **Conselho Municipal de Educação:** Rua:R. Aristίδes Hitner, 870 – Costeira – (41)
- e) 3614-7644;





f) **Escola de Gestão:** Rua: Rua Lourenço Jasiocha, 981, Centro – (41) 3614-7605;

g) **Transporte Escolar:** AV. Victor Ferreira do Amaral, nº1313, Centro – (41) 3614-7525;

**\* Informamos que poderá ocorrer mudança de endereço de unidade locada ou abertura de novas unidades que deverão ser atendidas.**

### **6.3 SMAD:**

a) **Paço Municipal:** Pedro Druszc, 111- Centro;

b) **Departamento de Patrimônio e Arquivo Geral:** Rua Marcelino Jasinski, nº 1266 – Sabiá;

c) **Central de Veículos:** Avenida Victor do Amaral nº 1313 – Centro;

d) **Departamento de Licitações e Compras:** Rua Heitor Alves Guimarães, 660 – 1º andar – Centro;

### **6.4 SMAG:**

a) Rua Prof. Kazimiera Szyanski, 67 – Porto das Laranjeiras – Araucária – PR  
Fone para contato: (41) 3614-7530 Horário: 09:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30

### **6.5 SMAS:**

<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>TELEFONE</b>
SMAS – Sede / PBF	Travessa Frederico Basso, 37 - Centro	(41) 3614-1413
CRAS Costeira	Rua Maranhão, 2139 - Costeira	(41) 3614-1647
CRAS Industrial	Rua Gralha Azul 2195 – Industrial	(41) 3614-1730
CRAS Thomaz Coelho	Rua Eduardo Sobânia, 235 - Thomaz Coelho	(41) 3614-1775
CRAS Tupy	Rua Jardineira. 357 - Tupy	(41) 3614-1779
CRAS Boqueirão	Rua Miguel Grabowski, 380 - Passaúna	(41) 3614-1660
CRAS Centro/Albergagem	Avenida Brasil, 379 - Centro	(41) 3614-1455
CRAS Califórnia	Rua Beija Flor, nº 1531 - Capela Velha	(41) 3614-1768
Praça do Céu	Rua Beija Flor, nº 1531 - Capela Velha	(41) 3614-1604
CRAS Fazenda Velha	Rua Nossa Senhora dos Remédios, nº. 909 - Fazenda Velha (Praça da Bíblia)	(41) 3614-1731
UAI Famílias	Rua Capitão Leonardo Graziano, nº 302, esquina com Rua Felix Klechovicz, 555 – Porto das Laranjeiras	(41) 3614-1599
Creas/ Almocharifado/Cozinha	Rua Félix Klechovicz, 555 - Pequim	(41) 3614-1497
COMSE		(41)3614-1702
Panificadora da Família		(41)3614-1734
Centro Dia Idoso/ Casa Conselhos	Avenida Nossa Senhora dos Remédios, nº 1073 - Palomar	(41) 3614-1402





Adolescento Esperança	Rua Miguel Soares Moreira, 113 Jardim Esperança	(41) 3614-1721
Adolescento Costeira	Rua das Camélias, nº 317 – Campina da Barra	(41) 3614-1707
Centro Referência Capacitação	Rua Marcelino Jacinski, 342 - Praça São Sebastião	(41) 3614-7821
Projeto Garoto Cidadão	Rua João Túlio, 175 (fundos) - Iguatemi	(41) 3614-7815
Conselho Tutelar Leste	Rua Ceará, 15 - Cachoeira	(41) 3614-1784
Conselho Tutelar Oeste	Rua Joaquina Tonchak, 880 Porto das Laranjeiras	(41) 3901-5365
Centro POP	Rua Avenida Brasil, nº 298 – Centro	(41) 3901-5224
CRAS CENTRO	Rua Major Sezino – 539 - Centro	(41) 3614-1608
CRAM	Rua Lourenço Jasiocha 2773	(41) 3614-1507
Casa de Passagem	Rua Rosália Kaminski, 55 – Porto das Laranjeiras	(41) 3614-1608
UAI INFANTIL	Rua Louis Becue, 54	(41) 3614-2791
Barracão (Sessão Saúde)	Rua das Dális, 2449 – Tupy	
Nova sede Conselho Tutelar Leste	Rua Paraíba 1050	
Nova sede Cras Costeira	Avenida Manoel Ribas 30	
Família Acolhedora	Rua Fernando Suckow nº 40	

**\* Informamos que poderá ocorrer mudança de endereço de unidade locada ou abertura de novas unidades que deverão ser atendidas**

#### **6.6 SMCT:**

- Memorial da Imigração Polonesa** - Avenida Centenário, s/n, São Miguel.
- Espaço Cidadania Cultura** - Rua Beija-flor, 1531, Capela Velha.
- Teatro da Praça** - Rua São Vicente de Paulo, 1091. Centro.
- Aldeia da Solidariedade** - R. João do Vale Lemos, 300, Parque Cachoeira.
- Casa do Artesanato** - Rua Ceará, 65, Parque Cachoeira.
- Museu Tingüi-Cuera** - R. Ceará, 65, Parque Cachoeira.
- Casa das Palavras Brincantes** - Rua Ceará, 39, Jardim Iguazu/Parque Cachoeira.
- Arquivo Histórico Municipal Archelau de Almeida Torres** - Av Victor do Amaral, 352, Centro.
- Casa da Cultura** – Praça Vicente Machado, 258. Centro.
- Biblioteca Pública Municipal Emiliano Perneta** - Rua Alfredo Parodi , 427, Centro.
- Centro de Informações Turísticas** - Av Victor do Amaral, 416, Centro.

#### **6.7 SMEL:**

- CSU:** Av. Nossa Senhora dos Remédios, 1550 - CEP: 83.704-525 - Fazenda Velha;





- b) **SMEL Sede:** Rua Estela Lesniowski Wzorek, 90 - CEP: 83.703-420 - Fazenda Velha;
- c) **Tupy: Centro Esportivo Ludovico Blynoski** - Rua das Orquídeas s/n, CEP: 83.709-600 - Campina da Barra;
- d) **GR:** Rua José Hutner, 71 - CEP: 83.703-340 - Fazenda Velha;
- e) **PARQUE CACHOEIRA:** R. Ceará, 120 - CEP: 83.701-147 – Cachoeira;
- f) **Academia:** Rua Ana Saliba Nassar, nº 205 - CEP: 83.704-520 - Fazenda Velha;
- g) **Centro Esportivo Planalto:** Rua Antonio Medes s/n - CEP: 83.709-125 – Costeira.

#### **6.8 SMGP:**

- a) Rua Pedro Druszcz, 111 – Subsolo, Centro – Araucária/PR, CEP: 83.702-080, Fone: (41) 3614-1400 (Ramais 2261/2269) Horário: 2ª a 6ª-feira das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30min – A/C Thaila Lamissa ou Eliane Kuroda.
- b) Departamento de Saúde Ocupacional – DSO, Rua Alfredo Parodi, 30 – Centro – Araucária/PR, CEP 83.702-070, Fone (41) 3614-7791. Horário: 2ª a 6ª-feira das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h00min – A/C Juliana ou Quenedi.

#### **6.9 SMMA:**

- a) Almoxarifado do Patrimônio: Rua Marcelino Jasinski, 1266, Bairro Sabiá – Araucária, telefone (41) 3901-5208, horário das 9h às 11h30 e das 13h às 16h30.
- b) Sede da SMMA: Rua Ceará, 7 Bairro Iguaçu das 8h30 às 11h30 e das 13h às 16h00

#### **6.10 SMPL:**

- a) Terminal Central R. Pres. Carlos Cavalcante, 356 - Centro, Araucária - PR, 83702-270

#### **6.11 SMSA:**

UNIDADE	ENDEREÇO
UBS Araucaria - Csa	Rua Guilherme Da Motta Correia, 55 - Centro Cep: 83702-210
UBS Dom Inacio Krause - Boqueirão	Av. Independência, 1256 - Jd. Castanheiras Cep: 83703-245
UBS Doutor Silvio Roberto Skraba - Industrial	Rua Andorinha 151 - Jd. Industrial Cep: 83706-130
UBS Santa Mônica	Rua João Ignácio Coco Denis, 44 - Jd. Iguaçu Cep: 83701-206



**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Administração

UBS São Francisco de Assis - Csu	Rua Estela Lesniowski Wzorek, 360 - Fazenda Velha Cep: 83703-420
UBSF Alceu do Valle Fernandes - Costeira	Rua Maranhão, 2149 - Costeira Cep: 83709-225
UBSF Nossa Senhora de Fátima - Vila Angélica	Rua Felix Tamplim, 47 – Thomaz Coelho Cep: 83707-104
UBSF São José - Tupy	Rua Prímula, 1830 - Campina Da Barra Cep: 83709-570
UBSF Shangri-Lá	Rua Mato Grosso, 1150 - Iguaçu Cep: 83701-260
UBSF Valmir Herves de Lima - Califórnia	Rua Tesoureiro, 1957 - Capela Velha Cep: 83706-220
UBSF Padre Francisco Belinowski	Rua Eduardo Sobânia, 225 – Thomaz Coelho Cep: 83707-310
UBSF Dona Terezinha Gonçalves Rodrigues (Apoio Padre Chico)	Rua Michel Nassar Saliba, 355 - Jardim Alvorada Cep: 83707-370
UBSF Colonia Cristina	Rua Romao Wachowicz, S/N – Colônia Cristina
UBSF Fazendinha - Pedro Woinarowicz	Estrada Municipal Para Tietê, S/N Cep: 83700-971
UBSF Rio Abaixo - Luciana Chafauzer	Rodovia Do Xisto, Km 27, 13330 – Cep: 83703-990
UBSF Nossa Senhora Aparecida - Lagoa Grande	Estrada Municipal Para Catanduvas Do Sul, S/N - Lagoa Grande Cep: 83728-990
UBSF Dona Hortência - Capinzal (Apoio Lagoa Grande)	Estrada Municipal Para Capinzal, S/N Cep: 83728-990
UBSF Nossa Senhora Das Graças - Tietê	Estrada Municipal Para Tietê, S/N Cep: 83700-971
UBSF Professora Ana Clara Taborda Cubas - Onças (Apoio Tietê)	Estrada Municipal Para Tietê, S/N Cep: 83700-971
UBSF Santa Terezinha - Guajuvira	Rua Bruno Fleiter Nº 100 – Guajuvira Cep: 83725-000
UBSF Boa Vista (Apoio Guajuvira)	Rua Euclides Gonçalves Ferreira, 3020 - Boa Vista Cep: 83725-000
UPA – Unidade de Pronto Atendimento	Rua Augusto Ribeiro Dos Santos, 168 - Costeira, Araucária - Pr, 83709-145
Samu/Central de Ambulâncias	Rua Pedro Druszcz, 30 – Centro
Serviço de Orientação/Atendimento DST/AIDS	Rua Guilherme Da Motta Correa 55 – Centro
Clínica de Fisioterapia Dr. Álvaro Cantador	Travessa Estanislau Grebos, S/N. Centro
Centro de Especialidades Médicas	Rua Guilherme Da Motta Correa 55 – Centro
Centro de Especialidades Odontológicas	Rua Guilherme Da Motta Correa 55 – Centro





Clínica da Mulher e do Idoso	Rua Guilherme Da Motta Correa 55 – Centro
Centro de Reabilitação De Bebês	Rua Guilherme Da Motta Correa 55 – Centro
Fonoaudiologia	Travessa Estanislau Grebos, S/N. Centro
Centro de Atenção aos Usuários de Álcool e Drogas (Caps-Ad)	Rua Pedro Druszcz, 831 - Centro
Centro de Atenção Psico Social II (Caps II)	Travessa Estanislau Grebos, S/N. Centro
Laboratório de Análises Clínicas	R. Guilherme Da Motta Corrêa, 55 – Centro
Departamento de Infraestrutura da Smsa	Rua Pedro Druszcz, 30 – Centro
Centro de Controle de Zoonoses (CCZ)	Rua Dt 606, 303 – Roça Nova.
Divisão de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador, Endemias	Rua Estela Lesniowski Wzorek, 200 - Fazenda Velha
Capsi- Rua Lourenço Jasiocha, 865- Centro	Rua Lourenço Jasiocha, 865- Centro
Divisão de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador	Rua Estela Lesniowski Wzorek, 360 – Fazenda Velha
Setor de Endemias	Rua Estela Lesniowski Wzorek, 360 – Fazenda Velha
Central de Recursos de Materiais	Av. Nossa Senhora Dos Remédios, 357 – Boqueirão.

\* Informamos que poderá ocorrer mudança de endereço de unidade locada ou abertura de novas unidades que deverão ser atendidas.

#### 6.12 SMSP:

UNIDADES	ENDEREÇO	TELEFONE
SEDE SMSP	R. Ângelo Perini, 20 – Estação	(41)3614-1798
GTAM – GRUPO TÁTICO MOTOS	Rua Nossa Senhora dos Remédios – Fazenda Velha, (Praça da Bíblia)	(41) 3614-7570
GUARDA MIRIM	R. Luiz Karas, 70 – Costeira	(41) 3614-7570
MODULO PRAÇA DO SEMINÁRIO	R São Vicente de Paula	(41) 3614-7570

#### 6.13 SMTE:

a) Sede da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego. Endereço: Álvaro Linhares Ehlke, 333. Sábia CEP: 83.708-050 – Araucária / PR

#### 6.14 FUNREBOM:

a) Quartel do Corpo de Bombeiros Thomaz Coelho, de segunda a sexta-feira, no período das 8h30min às 11h30min e das 13h00 às 16h00, no seguinte endereço: Travessa José Stanczyk n° 126, Thomaz Coelho, Araucária /PR.

### 7. DOS PRAZOS

#### 7.1 Para os lotes 01 e 02:





**7.1.1 A CONTRATADA será responsável pela coleta e devolução** dos extintores e mangueiras de combate a incêndio nos endereços informados no item 6. deste instrumento.

**7.1.2** A coleta dos extintores e mangueiras de combate a incêndio para manutenção, deverá ocorrer em no máximo 10 (dez) dias úteis, de segunda a sexta-feira em horário administrativo das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, e deverão ser devolvidos na unidade em no máximo 10 (dez) dias úteis contadas do dia da retirada.

## **7.2 Lotes 03 ao 26 - FORNECIMENTO DE MATERIAIS:**

**7.2.1** A CONTRATADA terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias, após o recebimento da nota de empenho emitido pela CONTRATANTE, para fornecimento e instalação dos materiais solicitados nos endereços que serão informados no momento da solicitação;

**7.2.2** Quando o item solicitar instalação, a mesma deverá ocorrer de segunda a sexta-feira em horário administrativo das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30;

**7.2.3** Considerar-se-á em mora no dia seguinte ao vencimento do prazo estabelecido nos subitens anteriores (7.1.2 e 7.2.1).

**7.3** Para os lotes 01 e 02, os termo(s) de contrato(s) deverá(ão) ser formalizado(s) anteriormente a cada evento ou a grupos de eventos, expressamente identificados, conforme planejamento da Secretaria contratante.

**7.3.1** O prazo de **vigência do Contrato é de 12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados da data da divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1 Da sustentabilidade**

**8.1.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**8.1.1.1** O descarte dos resíduos gerados durante as manutenções dos extintores (Pó ABC e BC) objeto desta contratação, serão de responsabilidade da CONTRATADA, seguindo o que especifica a norma ISO NBR-8419. Já os cilindros que forem reprovados durante a manutenção, serão devolvidos para a Secretaria responsável e estes serão classificados como sucata e serão incluídos em futuro leilão de sucatas e inservíveis promovidos pela Prefeitura do Município de Araucária.





## **8.2 Da subcontratação**

**8.2.1** Não será permitida.

## **8.3 Da garantia, manutenção e assistência técnica**

**8.3.1** O prazo de garantia é o prazo estabelecido por Lei, sendo:

- a) 30 dias para serviços e produtos não duráveis e 90 dias para serviços e produtos duráveis.
- b) Para os serviços de manutenção/recarga de extintor garantia de 12 meses (esta garantia é desde que o lacre e o anel não tenha sido rompido e o selo do INMETRO não esteja rasurado ou danificado). Ou seja, quando houver despressurização sem que o extintor tenha sido acionado

**8.3.2** A garantia será prestada com vistas a manter os EQUIPAMENTOS fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**8.3.2.1** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos EQUIPAMENTOS, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**8.3.3** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do EQUIPAMENTOS.

**8.3.4** Uma vez notificada, a Contratada deverá realizar o reparo ou substituição das partes ou peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer tipo de ônus para a CONTRATANTE e será responsável pelo transporte (retirada e devolução) dos itens;

**8.3.4.1** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

**8.3.4.2** Na hipótese do subitem anterior, a Contratada deverá disponibilizar EQUIPAMENTO equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**8.3.5** Decorrido o prazo estabelecido sem o devido solucionamento, fica a Contratante autorizada a executar os reparos, ajustes ou substituições necessárias, por si própria ou através de terceiro contratado;

**8.3.5.1** No caso do subitem anterior, a Contratante poderá exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos;

**8.3.5.2** O reparo ou substituição de partes ou peças executados nos termos do subitem anterior, em hipótese alguma, poderá acarretar a perda da garantia.





**8.3.6** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**8.3.7** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem anterior, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**8.3.8** O custo referente ao transporte dos [EQUIPAMENTOS/BENS] cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

**8.3.9** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**9.1** É de responsabilidade da Licitante vencedora, manter os dados cadastrais atualizados junto à Prefeitura do Município de Araucária (PMA), conforme estabelecido no subitem 17.3.7 do edital;

**9.2** Os empenhos quando encaminhados através de correio eletrônico, serão remetidos ao endereço de e-mail cadastrado no sistema da Prefeitura do Município de Araucária, sendo que, para tal cadastro, será utilizado o endereço de e-mail registrado na proposta, ou, outro informado pela requerente através de solicitação expressa ao setor de cadastro do Departamento de Licitações e Compras, mediante processo administrativo digital<sup>2</sup> ou, através de e-mail<sup>3</sup>.

## **10. GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** A contratação decorrente deste processo será gerida por servidor da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**10.2** E-mail de contato do gestor: naf.smed@educacao.pr.gov.br;

**10.3** Telefone de contato do gestor: (41) 3614-7424;

**10.4** Formalizada a contratação, eventuais solicitações relativas à execução contratual deverão ser solicitadas diretamente ao gestor, visto que tais demandas não serão analisadas ou decididas pelo Pregoeiro signatário do edital.

## **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**11.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

<sup>2</sup> <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/e-solicitacao-de-cadastro-de-fornecedor>

<sup>3</sup> [compras@araucaria.pr.gov.br](mailto:compras@araucaria.pr.gov.br)





**11.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**11.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **11.6 Da Fiscalização do Contrato**

**11.6.1** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, caput e artigos 11 e 12 do Decreto 39.132, de 2023](#)).

### **11.6.2 Fiscalização Técnica**

**11.6.2.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**11.6.2.1.1.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 39.132, de 2023, art. 11, § 1º](#));

**11.6.2.1.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**11.6.2.1.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**11.6.2.1.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;





11.6.2.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

### **11.6.3 Fiscalização Administrativa**

**11.6.3.1** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.6.3.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**11.6.4** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

### **11.7 Da Gestão do Contrato**

**11.7.1** A execução da contratação será acompanhada pelo gestor do contrato, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**11.7.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

**11.7.3** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**11.7.4** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**11.7.5** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser





conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**11.7.6** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**11.7.7** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**11.7.8** A designação do gestor do contrato e seu suplente constará do instrumento contratual, nos termos do §2º do artigo 10 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.





## **ANEXO II**

### **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

#### **1. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

##### **1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.1.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**1.1.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**1.1.4** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**1.1.5** Para empresa que se declarou na condição de Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, deverá apresentar documento comprobatório de que a proponente enquadra-se em tal condição, emitido com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

**1.1.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

##### **1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**1.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**1.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**1.2.3** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

**1.2.4** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;





**1.2.5** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**1.2.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade, conforme Lei n.º 12.440, de 2011;

**1.2.7** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**1.2.8** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

**1.2.9** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**1.3.1** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.3.1.1** Se não constar prazo de validade no próprio documento ou no SICAF, será considerada válida a Certidão expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

### **1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **1.4.1 Para os lotes 1 e 2:**

**1.4.1.1** Para os lotes 1 e 2: Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho de atividade de fornecimento compatível com o objeto em quantitativo mínimo de 20% (vinte por cento) do lote licitado.

**1.4.1.1.1.** O atestado deverá conter a descrição do objeto executado e as respectivas quantidades, bem como, nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e demais informações necessárias para confirmação de sua autenticidade junto ao emissor.

**1.4.1.1.2.** Será permitida a somatória de atestados.

**1.4.1.2** Apresentar documento de credenciamento ou registro junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualificação Industrial – INMETRO

#### **1.4.2 Para o lote 01:**





**1.4.2.1** Apresentar ofício/declaração indicando o responsável operacional qualificado e capacitado que responderá pela conformidade dos serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores, o qual assinará os relatórios de manutenção de 2º e 3º níveis. ( Portaria 58/2022 do INMETRO).





**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**(MODELO PARA PROPOSTA INICIAL E AJUSTADA)**

**PROCESSO LICITATÓRIO 45570/2024**  
**PREGÃO 78/2024**

**"À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA"**  
**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 78/2024 – REGISTRO DE PREÇOS"**  
**"ABERTURA DIA 26/11/2024, ÀS 09:00 H"**  
**NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA"**  
**"RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE"**

Item	Especificação	Marca/ fabricante	Quantidade total	Unidade de medida	Valor unitário proposto/R\$	Valor total proposto/R\$
Valor total da proposta/R\$						

**Informações bancárias:**

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

Telefone para contato (setor de licitações e para envio de nota de empenho):

E-mail (setor de licitações e para envio de nota de empenho):

**Validade da proposta:** 90 (noventa) dias, a contar da data limite para as apresentações das propostas.

O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Araucária, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado através da documentação apresentada.





**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA**  
**DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU CONTRATO**

**Ref.: Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_/2024**

Declaramos que o Responsável Legal da proponente (inserir o nome da proponente), para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato, no caso de sagrar-se vencedora da presente licitação, é o (a) Sr. (a) (inserir o nome completo, número dos documentos de identidade e CPF, profissão e endereço)

Local, data

\_\_\_\_\_  
**(Nome, RG n° e assinatura do responsável pelo licitador).**

**OBSERVAÇÃO:** A apresentação da declaração acima, não exclui a necessidade de apresentação de quaisquer documentos exigidos no Edital, bem como da apresentação de procuração específica quando for o caso.





**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS E**  
**BANCÁRIOS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, sob as penas da lei, pelo presente;

**DECLARA:**

**1.** Estar ciente da RESPONSABILIDADE de manter atualizados os seus dados cadastrais junto à Prefeitura do Município de Araucária, mediante os canais de atendimento indicados no subitem **17.3.7** do Edital;

**2.** Que os contatos oficiais para recebimento de Atas de Registro de Preços, Termos de Contratos, Ordens de Serviços e/ou Notas de Empenho e notificações, são os seguintes:

Endereço de e-mail: \_\_\_\_\_

Telefone fixo para contato: ( ) \_\_\_\_\_

Telefone celular contato: ( ) \_\_\_\_\_

Funcionário Responsável: \_\_\_\_\_

**3.** Que as informações bancárias para fins de pagamento, conforme comprovante que encaminhamos em anexo<sup>4</sup>, são as seguintes:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta-corrente: \_\_\_\_\_

**4.** Que os dados informados acima são verdadeiros e suficientes para as tratativas durante a execução do objeto, e que qualquer alteração nas informações ora prestadas, serão prontamente informadas ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura do Município de Araucária, através do endereço de e-mail [compras@araucaria.pr.gov.br](mailto:compras@araucaria.pr.gov.br)<sup>5</sup>, com cópia ao gerenciador da Ata de Registro de Preços, no e-mail: [naf.smed@educacao.pr.gov.br](mailto:naf.smed@educacao.pr.gov.br), ou mediante abertura de processo administrativo digital<sup>6</sup>.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
(Nome, RG n° e assinatura do responsável pelo licitador).

4 Requer-se a juntada de comprovante em anexo a fim de evitar eventuais incongruências por erros de digitação;

5 Telefones para contato (41) 3614-1400. Ramais: 1490 ou 2309.

6 <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/e-solicitacao-de-cadastro-de-fornecedor>





**ANEXO VI  
MODELO DE DECLARAÇÃO LGPD**

**Ref.: Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, sob as penas da lei, pelo presente;

**DECLARA:**

Que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
  - Aqueles inerentes a documentos de identificação;
  - Referentes a participações societárias;
  - Informações inseridas em contratos sociais;
  - Endereços físicos e eletrônicos, números de telefone e demais meios de contato;
  - Estado civil, eventuais informações sobre cônjuges ou relações de parentesco;
  - Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
  - Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado;
4. A íntegra do processo licitatório, nos termos da Lei Estadual 19.581, de 2018, é disponibilizada no Portal da Transparência do Município, ficando disponível para acesso de qualquer interessado.

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
(Nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo licitador).





**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS – UNIFICADA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, sob as penas da lei, pelo presente;

**DECLARA:**

- Que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do pregão eletrônico, nos termos do inciso I do artigo 63 da Lei 14.133, de 2021, sob pena das sanções cabíveis.
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do artigo 63 da Lei 14.133, de 2021.
- Que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal e inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133, de 2021.
- Que não possui em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Que não está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei 14.133, de 2021, nem foi declarada inidônea nos termos do inciso IV do mesmo dispositivo, e que se obrigando a levar ao conhecimento da Prefeitura Municipal de Araucária todo e qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação ou alterar sua capacidade jurídica, técnica ou de regularidade fiscal e econômico-financeira.
- Que tem pleno conhecimento dos termos do instrumento convocatório que rege a licitação, bem como todos os anexos que o integram.
- Que se responsabiliza pela fidelidade e legitimidade das informações apresentadas e que todos os documentos anexados ao sistema são autênticos, ciente das consequências administrativas, cíveis e penais.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**





**ANEXO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, sob as penas da lei, pelo presente;

**DECLARA:**

- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

**DECLARA ainda:**

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**





**ANEXO IX**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° /2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N° /2024**  
**MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO) n.º /2024**  
**SECRETARIA GESTORA:**

No dia xx/xx/xxx, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszc, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). xxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e do Decreto Municipal n.º 39.132/2023, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO n.º: xx/xxxx RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor xxxxxxxxxxxx, localizada xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxx representada pelo(a) Sr(a) xxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: xxxxxxxxxxxx.

Fornecedor:						
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total Fornecedor:					R\$	

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da Ata de Registro de Preços n.º xxxxx.

As Secretarias/Órgãos da Administração Municipal, mediante liberação de saldo e confirmação de empenho, poderão adquirir os produtos nas condições e especificações constantes na presente Ata.

O Contratante deverá fornecer às Secretarias/Órgãos Municipais desde que haja disponibilidade de saldo dentro das quantidades previstas na presente Ata.

Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital.

Fica estabelecido no Anexo I desta Ata o Cadastro de Reserva com o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, cuja contratação poderá ser formalizada em caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no edital e na legislação vigente.

Encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada.

Araucária, xx de xxxxxx de 2024.

**NOME**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE**

**EMPRESA**  
**REPRESENTANTE**





## ANEXO X

### MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º /2024  
PREGÃO ELETRÔNICO n.º /2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
\_\_\_\_\_/2024, QUE FAZEM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA,  
POR INTERMÉDIO DO  
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL  
\_\_\_\_\_, E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.105.535./0001-99, com sede na Rua Pedro Druszczy, n.º, Paço Municipal Ignácio Kampa, CEP 83.702-080, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_\_, Sr(a)., nomeado por Decreto nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial do Município nº \_\_\_\_\_, no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Municipal nº 1547/2005 doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, nº ° \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_/UF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)





1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços técnicos de manutenção de extintores, mangueira para proteção contra incêndio, fornecimento de placas de sinalização e iluminação de emergência e acessórios para extintores, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CAT	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO GLOBAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, a contar da data de sua assinatura, e será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_),

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_\_.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.





8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.





8.13. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.13.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.13.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.13.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.13.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. A Contratada deverá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.





9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II)

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;





3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, apresentando a documentação nos formatos digitais de acordo com a solicitação da UFBA e apresentando toda documentação comprobatória solicitada.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.





9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) do valor inicial/total/anual do contrato.

**Ou**

10.1. Não será exigida garantia de execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. (3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).





11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados





conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**





12.1.O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ( art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**





13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

(DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

16.1. Fica indicado o servidor \_\_\_\_\_ para funcionar como fiscal do contrato.

16.1.1 Fica indicado o servidor \_\_\_\_\_ para funcionar como fiscal substituto do contrato.





16.2. Fica indicado o servidor \_\_\_\_\_ para funcionar como gestor do contrato.

16.2.1 Fica indicado o servidor \_\_\_\_\_ para funcionar como gestor substituto do contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, c/c art. \_\_\_\_ do Decreto Municipal nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária de Araucária/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Araucária, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE

\_\_\_\_\_  
Ordenador da Despesa

**CONTRATADA**  
CNPJ/MF nº  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
CPF/MF nº

